

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

30 DE SETEMBRO DE 2011

No dia 30 de Setembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ACTAS** – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 27 de Junho de 2011;
- 2- **PÚBLICO** – 1.º Período de intervenção;
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;
 - 4.2- Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I. R. S.);
 - 4.3- Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I. M. I.) – 2012;
 - 4.4- Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T. M. D. P.) – 2012;
 - 4.5- Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental – VIII Modificação Orçamental, II Revisão ao Orçamento da Receita, II Revisão ao Orçamento da Despesa, II Revisão ao PPI.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município;**
- 6- **PÚBLICO** – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 52 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 70 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa, Adérito Joaquim Ferro Pires, Miguel Ângelo Fernandes, Márcio Paulo Silva Filipe, Ricardo Jorge Pinto e José Carlos.

Justificação de Faltas:

- Adérito Joaquim Ferro Pires: sessão de 30 de Setembro de 2011.
- Miguel Ângelo da Costa Fernandes: sessão de 30 de Setembro de 2011.
- Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa: sessão de 30 de Setembro de 2011.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, e os vereadores, Maria da Graça Faria Calejo Pires, José Assunção Lopes Maçaira e João Maria Casado Figueiredo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Municípes presentes, muito bom dia.

Vamos então dar início à sessão desta Assembleia.

PONTO 1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 27 de Junho de 2011.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas Abstenções.

Está aprovada por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária de 27 de Junho de 2011.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Bom dia a todos. Para além da correspondência recebida e enviada que consta do folheto que vos foi distribuído, e que desta vez contém também, porque achamos pertinente, cópia de uma petição do STAL relativamente à redução do número de autarquias e de trabalhadores.

Queria também informar esta Assembleia que recebemos uma mensagem do Sr. deputado Luís de Sousa a justificar a falta a esta sessão da Assembleia Municipal.

Recebemos ainda duas justificações de faltas e dois pedidos de substituição, sendo um relativo ao deputado Adérito Pires, que foi substituído pelo deputado Manuel Beça, e outro pelo deputado Miguel Ângelo, que foi substituído pela deputada Patrícia Bernardo, a quem eu dou as boas vindas porque penso que é a primeira vez que partilham desta experiência da verdadeira democracia. Muito obrigado.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 26 DE JUNHO A 14 DE SETEMBRO DE 2011

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
29.06.2011	ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais	XXXI Colóquio
01.07.2011	Adérito Pires	Justificação de falta à sessão de 27 de Junho
06.07.2011	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Função Pública (STAL)	Petição «Não à redução do número de autarquias e de trabalhadores»
15.07.2011	Grupo Parlamentar os Verdes	Audição Pública Parlamentar sobre o Sector Ferroviário
20.07.2011	Confraria de Nossa Senhora do Amparo	Convite para o Pálio (1º turno)

Não foi enviada correspondência de relevo.

NOTA: Foi também enviada correspondência vária para os membros da Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social local e vereadores sobre a convocatória e documentação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2011.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos ao 2.º ponto, 1.º Período de Intervenção do Público.

Há algum Sr. Município que está presente e que queira intervir? Não registamos.

Passamos então ao Período de Antes da Ordem do Dia. Pedia o favor de registarem as inscrições.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Bom dia a todos. Há sete inscrições para intervenção neste ponto, o que significa que têm cerca de oito minutos cada um, para poderem intervir.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Exm.º Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Deputados Municipais, público em geral, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras.

A minha intervenção vai focar um assunto que na certa irá provavelmente também ser referido aqui por outros deputados municipais. Tem a ver com uma proposta de constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Reforma da Administração Local.

Tendo em conta que a reforma administrativa do Estado é uma inevitabilidade e que, se antes era uma necessidade para muitos, hoje é uma obrigação assumida pelo Estado Português no Memorando de Entendimento sobre as Condicionantes de Política Económica assinado em Maio com a Troika;

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2011, de 22 de Setembro, aprovou os princípios orientadores e os eixos estruturantes da reforma da administração local autárquica, no intuito, entre outros objectivos:

1.º - De rever o actual mapa administrativo, com vista à redução substancial do actual número de freguesias;

2.º - De promover um debate profundo ao nível dos órgãos autárquicos;

3.º - De estimular o processo de integração de municípios, tendo por pressuposto o respeito pelas especificidades e identidades territoriais próprias.

Tendo em devida consideração a recente apresentação do Documento Verde da Reforma da Administração Local que preconiza uma Reforma de Gestão, uma Reforma de Território e uma Reforma Política e que prevê um cronograma apertado de forma a que a reforma esteja concluída em Junho de 2012 e possa ter plena eficácia e aplicação nas Eleições Autárquicas de 2013.

Não esquecendo que, independentemente das opiniões de cada um e das orientações políticas, partidárias ou ideológicas, é imperioso promover em todos os fóruns possíveis a discussão política e cívica relativamente às alterações a introduzir no enquadramento legal autárquico, nomeadamente ao nível das assembleias deliberativas das autarquias locais;

Considerando também que essa política reformista vai ter repercussões no número, dimensão e organização das nossas freguesias, na lei eleitoral, nas competências das autarquias, na organização dos serviços municipais, na forma de eleição e composição das câmaras e assembleias municipais, na lei das finanças locais, no estatuto dos eleitos locais e no regime jurídico da tutela administrativa, entre outros diplomas;

Levando por fim em linha de conta a actual composição da Assembleia Municipal de Mirandela, sobretudo no que concerne à liderança política e partidária das 37 freguesias do concelho de Mirandela, o Grupo Municipal do PSD da Assembleia Municipal de Mirandela propõe a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Reforma da Administração Local composta por 7 elementos: 4 do PSD (um dos quais coordenará a Comissão), 1 do PS, 1 do CDS/PP e 1 da CDU, com a intenção de acompanhar as alterações que se avizinham a curto prazo na gestão e administração das autarquias locais numa perspectiva de partilha de informação, de trabalho de equipa, de colaboração com o Executivo e de auscultação dos actores políticos directamente afectados, das populações e da sociedade civil em geral.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia, bom dia ao Executivo, bom dia a todos os presentes e bom dia a mim...eu também sou pessoa e gostaria de em nome dos camaradas da nossa bancada iniciar esta rentrée dentro das condicionantes com alguma crença e com alguma esperança e que o nosso país se reerga como se tem reerguido em outras circunstâncias, se calhar ainda bem piores.

A minha intervenção tem a ver com o pano de fundo, a “educação”.

Apesar de ter conseguido abrir algumas actas no meu computador não consegui abrir a acta de 18/07 do executivo camarário por algum problema, onde suponho que teria informação mais completa. Daí que me podem faltar alguns dados que eu procuraria lá mas eu não tenho culpa. Se abriram outras actas, aquela também devia abrir.

Ora bem, educação, rede escolar: estou muito por dentro, assim como outros presentes, o que é natural, mas acompanhei determinado processo e é nessa qualidade de acompanhamento de um determinado processo que tenho toda a legitimidade para dizer aquilo que digo e sem poder ser contraditada porque é muito fácil ir procurar documentos que estão escritos.

Quando se começou a falar em agrupamento na rede escolar e com incidência em 1998 - vejam lá, já estamos em 2011, vejam a diferença – não é novidade para ninguém que eu fui sempre contra os ditos mega agrupamentos e como sou coerente nas minhas posições foi um dos motivos para eu nem sequer me interessar liderar qualquer processo ligado a isso.

Sabia que mais cedo ou mais tarde, em termos educativos, de proximidade com as crianças e jovens que estão a nosso cargo, sabia que isso falharia porque havia outras estruturas que teriam que ser acompanhadas e não foram.

Nessa altura propus claramente à tutela que tudo que viesse a ser nível superior e que incluía as escolas profissionais à altura já existentes ou a serem constituídas, como era a Escola de Hotelaria e Turismo, que para o ensino superior se criasse toda aquela zona de Carvalhais, sendo que apesar de ser

contra os agrupamentos que as crianças e os jovens teriam que estar próximos dos chamados bens culturais. E bens culturais que não são só bibliotecas mas piscinas, e outros que estão dentro da cidade. Pelo menos eu não conheço nenhum (e não estou ainda desmiolada e espero bem que nunca o esteja) fora do perímetro, embora agora o perímetro de Mirandela se tenha alargado para Carvalhais, enfim, isso é outra história.

Porque é que é esta intervenção? O que é que verifico?

Há um protocolo e um projecto de construção para a Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo, vou até englobar já tudo e tanto me importa que digam que foi para se candidatarem a um projecto do QREN, isso para mim é irrelevante, porque para mim a estratégia não tem que estar dependente de projectos que se nos apresentem do exterior. A estratégia tem que ser do interior para o exterior e na altura tinha que se ter lutado por uma determinada linha. E agora o que é que vai acontecer? Vamos ter e bem, já é reivindicada a construção de instalações, mas numa altura em que uma claríssima diminuição de alunos no ensino superior por força das circunstâncias, da diminuição da natalidade, quantas privadas não terão que fechar. As próprias universidades têm que se abrir a outro tipo de cursos também mas isto é com elas, há universidades ainda muito fechadas, infelizmente.

Como eu não tenho mais dados, concretamente, já que vai para a frente porque pelos vistos há dinheiros avançados, que não se faça nenhum elefante branco. Isso é um ponto.

A Escola de Música também precisará das instalações que são agora ocupadas numa grande parte pelo Politécnico e estou a referir-me concretamente ao público, nem sequer falo na questão do Piaget.

E ligado a isto, parece-me ou soou-nos que já não haverá dinheiro e que não poderá ser construído o Centro Escolar na zona dos castanheiros. Foi-nos dito que tinha sido comprado, houve investimento, o terreno está lá comprado, (suponho eu) não tenho informação em contrário, assim como o projecto. Não sendo construído, os meninos continuarão na Escola de Carvalhais. A chamada EB1 continuará a funcionar nas condições razoáveis mas os meninos são transportados para lá. Isto é tudo questão de planeamento tardio.

Já perdemos há imenso tempo a Escola Agrária, que já nem vale a pena falar nisso, quando tínhamos condições para ter aquilo que Bragança tem. Já não remonto a esses tempos, que mal são até da minha lembrança... sim é que eu ainda sou jovem! Este é um aspecto "educação"

E aproveito, ligado à questão do património ou à edificação do património, àquele que se previa construir e que já não se constrói e àquele que se prevê construir, não esquecer os erros, como a questão dos estádios, os chamados elefantes brancos.

O património edificado, a Estação, já foi prometido não sei o quê, não sei que mais, continua em constante degradação, assim como gostaria de saber quais são, se já há alguns projectos para o reaproveitamento das instalações da antiga Esquadra da PSP.

Muito obrigada.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Muito obrigado Sr.ª deputada. Tem a palavra o Sr. deputado Pedro Fonseca.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara e demais vereadores, Srs. Presidentes da Junta, Comunicação Social e Srs. Múncipes.

Antes de mais, aproveito para dar as boas-vindas à nova deputada municipal mas dizer-lhe que com estas poupanças no poder local infelizmente, às tantas nem vai aquecer o lugar.

A coberto e a pretexto do programa da Troika, o Governo, com inteira colaboração do PS, prepara na continuidade de orientações e opções adoptadas ou tentadas em momentos anteriores um assalto qualitativo na ofensiva contra o poder local democrático.

Um ataque que, pelo já anunciado, quer no chamado Memorando de Entendimento, quer nas declarações de membros do Governo, quer de dirigentes do PS, constituirá, a concretizar-se, a completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do poder local.

A liquidação do que ele representa enquanto conquista de Abril, com os seus elementos diferenciadores, um poder local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira e um poder local ocupando um lugar na organização democrática do Estado não subsidiário, nem dependente do nível central.

Um programa de agressão ao poder local, que é na sua essência e consequências um programa de agressão às populações e às suas condições de vida, que tem sido suportado numa intensa campanha ideológica, visando a menorização da sua imagem e alimentação da desconfiança popular contra as autarquias e a sua autonomia.

O empolamento dado à questão do sector empresarial local, que partindo de uma situação real de recurso abusivo a esta figura, tem também por objectivo atacar o sector público.

A questão do número de pessoal dirigente nas autarquias, cerca de 2.800, entre dirigentes superiores e intermédios, para 308 municípios, que está longe de em abstracto poder ser apresentado como

descomunal, a menos que se tenha da visão das autarquias e da sua redução, um mero conselho de administração sem serviços e funções operacionais.

E a questão das despesas de representação atribuída a presidentes e vereadores, contra a qual o PCP votou, importa recordar, fazem parte desta ofensiva.

Importa ainda anotar que, relativamente às empresas municipais, mais do que uma anatomização em abstracto, o que é preciso sublinhar são as responsabilidades concretas do PS e PSD na criação das tais entidades.

Uma criação não a pensar em encontrar soluções de eficácia na gestão pública mas sim para alimentar clientelas, multiplicar conselhos de administração, retirar aos órgãos com legitimidade democrática (vereações) o controlo e definição de políticas públicas e preparar caminho para a privatização dos serviços.

Um regime legal que mereceu nas sucessivas alterações que o PS e o PSD foram impondo, com o voto contra do PCP, não só porque o seu regime foi sendo cada vez mais permissivo à envolvimento de capital privado mas porque se foram impondo crescentes limitações do poder da tutela e condução que era devida às Câmaras e Assembleias Municipais.

Quanto à redução do pessoal dirigente, desde já se sublinha que o valor de quarenta milhões de poupança apontada pelo Ministro para uma redução de 1/3 do seu número é fantasioso e manipulado.

A eliminação de cargos dirigentes não significa a saída de admissão mas tão só o seu regresso aos seus lugares de técnicos superiores, que quase todos ocupam na estrutura municipal.

O anunciado pacote legislativo, ou seja, uma dezena de diplomas que a concretizar até ao final do primeiro semestre de 2012 tem por objectivo nos seus eixos centrais:

a) O desfiguramento do sistema eleitoral, com a eliminação da eleição directa das Câmaras e imposição de um regime de executivos homogéneos, ferindo irremediavelmente não apenas as características plurais e democráticas hoje existentes mas sobretudo consagrado a opacidade e a falta de controlo democrático, em si mesmo factores de corrupção e ausência de transparência.

Um desfiguramento acompanhado ainda de uma significativa redução do número de eleitos, lesiva do carácter participado e democrático do poder local, sustentada na deliberada confusão entre os números de eleitos e despesa, iludindo que já hoje, nos executivos municipais, do total de eleitos menos de 1/3 pode estar em regime de permanência.

b) A instituição de um regime de finanças locais responsabilizante, assente na fiscalidade local, reduzindo os seus factores de coesão, eliminando o princípio constitucional da justa participação entre a Administração Central e Local, dos recursos do Estado.

Um regime que, visando liquidar a autonomia financeira do poder local, procura transferir também no plano local a busca de recursos para as costas das populações.

c) A eliminação do facto da autonomia administrativa com a substituição da tutela inspectiva por uma tutela de mérito e integrativa.

Uma subversão do actual regime de atribuições e competências, com a intenção de transferência e competência municipais para as estruturas supramunicipais.

Na dinâmica das comunidades urbanas do Governo de Durão Barroso ou das continuidades intermunicipais do Governo PS, uma inversão completa do que devia ser um efectivo processo de descentralização a que as regiões administrativas dariam corpo.

d) Uma reforma administrativa visando a eliminação de um número significativo de freguesias e municípios, eliminando a participação política, reduzindo a proximidade e retirando força à representação dos interesses locais.

Quanto à reorganização administrativa, importa ter presente e dar combate a algumas manobras de diversão e divisão do poder local, designadamente:

- A ideia de que não haverá redução de municípios mas só de freguesias, procurando ganhar os eleitos municipais, não apenas para a solução mas como os seus defensores e dinamizadores, como já se verifica em vários municípios, a ideia de que eliminam as Juntas de Freguesias, mas se mantêm as freguesias, como se a questão fosse da existência dos espaços territoriais e não da existência de espaços de representação política e participação democrática, que lhes corresponde.

- A ideia junto das freguesias urbanas de que as pequenas freguesias rurais do interior não fazem sentido, ou junto destas, que as freguesias nas vilas e cidades não se justificam, procurando assim minar a unidade e resistência das freguesias.

Já são frequentes ideias de aceitação e conformismo que exigem esclarecimento e combate.

Este programa, a concretizar-se, constituiria uma completa subversão daquilo que é e representa hoje o poder local democrático. Não queiramos ser nós os responsáveis pelo desfiguramento do poder local democrático.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Exm.º Sr. Presidente da Mesa e Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

O desequilíbrio da nossa balança comercial implica necessariamente, como muito bem o têm defendido o Exm.º Sr. Presidente da República e o Governo de coligação, uma aposta muito séria na dinamização e estímulo do tecido produtivo nacional.

Sair da crise, significa produzir mais português e consumir mais português. No entanto, é importante que nesse esforço de incremento de produção nacional, os produtos portugueses se destaquem pela qualidade única e excelência da sua produção.

Neste sentido, a região transmontana e em particular a nossa Terra Quente Transmontana tem nos seus produtos uma janela de oportunidade para todos aqueles que continuam a acreditar no potencial das suas terras e da sua riqueza.

Assim, há que dar à qualidade dos nossos produtos a visibilidade e a dimensão que merecem e que poderão granjear a todos os transmontanos a conquista de novos nichos de mercado. Produzir mais e melhor com os sabores de antigamente são os caminhos que a nossa economia deve trilhar se aspira ao crescimento. Mas não haja dúvidas para ninguém, que agarrar esta oportunidade implica um esforço e investimento muito sérios na certificação dos nossos produtos. Aqui é importante reconhecer e saudar o esforço que ao longo dos anos as Associações e Cooperativas de Produtores fazem para garantir a qualidade, a distinção e certificação dos nossos produtos, muitas vezes à revelia de qualquer apoio ou interesses públicos.

Assim, o prémio com que foi distinguida recentemente a alheira de Mirandela, que todos bem conhecemos e apreciamos, é o coroar de um esforço de uma Associação Privada que não desiste da nossa terra nem do seu potencial escondido. O trabalho desta Associação para o reconhecimento deste produto como um produto de qualidade nacional, bem como o esforço que ao longo dos anos desenvolve a Associação de Olivicultores na promoção e qualificação dos nossos azeites, devem servir de inspiração para todos quantos continuam a acreditar em Mirandela, Trás-os-Montes e em Portugal.

O CDS/PP sempre acreditou e defendeu os nossos agricultores, os nossos produtores e a nossa economia. Todos quantos estiverem dispostos a apostar no que é nosso, poderão contar com o apoio dos verdadeiros democratas cristãos.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social.

Eu queria dizer uma coisa à deputada Odete. Há uns anos atrás ouvi que o socialismo só existe enquanto houver dinheiro. Depois de acabar o dinheiro não há socialismo nenhum.

No dia de ontem, contaram-se os três primeiros meses do actual Governo de Portugal, o XIX Governo Constitucional, liderado pelo nosso Presidente que é o Pedro Passos Coelho e tinha como critério da sua actuação uma palavra chave que era a credibilidade. A credibilidade necessária para que os Portugueses voltassem a acreditar nas políticas e sobretudo nos políticos e a credibilidade necessária para reganhar a confiança dos mercados financeiros.

Assim, como este é um período sem igual, este é também um Governo sem margem para estado de graça, onde todos depositam (pelo menos eu) enormes expectativas.

Portugal vive uma crise, praticamente sem precedentes.

Hoje, os Portugueses perceberam que o Estado não é um saco de dinheiro sem fundo e eis chegado o ponto em que para pagar salários e prestar serviços essenciais foi preciso pedir uma ajuda externa.

Somos um país intervencionado, tal como uma empresa em insolvência sob um plano de recuperação aprovado pelos seus credores.

Mais do que a vergonha que esmaga o patriotismo, os portugueses sentem no seu dia-a-dia a dureza das medidas que são necessárias implementar. Numa palavra, e para que a culpa não morra solteira, é preciso deixar expresso que a responsabilidade é de quem governou o país nos últimos 15 anos, sem tibiezas do desastroso executivo do Sócrates que governou Portugal na senda da forma do eleitoralismo.

Com clareza, Sócrates levou o país à bancarrota, bateu a porta e não entrou porque os portugueses na última hora não o deixaram.

E é neste contexto que se iniciaram as funções do XIX Governo de Portugal. Muitos são os que agora querem fazer crer que Passos Coelho governa há uma década, na verdade são apenas três meses. Mas não é menos verdade que em três meses o Governo de Passos Coelho começou por fazer metade daquilo que outros executivos anteriores fizeram. É verdade que fundiu institutos, como o caso do IDP e do IP, extinguiu empresas públicas, por exemplo a Parque Expo, extinguiu governos civis, tratou de anunciar o fecho de lojas do cidadão em locais onde se pagavam luxuosas rendas, anunciou a redução de 1.712 cargos dirigentes e a extinção de 137 entidades públicas.

Tornou público os princípios orientadores de uma reforma do poder local, a extinção de freguesias e a reforma da Lei Eleitoral Autárquica, tudo medidas do lado da despesa.

A verdade é que em três meses houve a coragem de fazer o que não se fez em décadas.

Bem sei que há muito para fazer, pois os tempos que se avizinham são difíceis mas eu só espero que o Governo de Passos Coelho se possa afirmar de uma maneira positiva e num contexto nacional e internacional.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar:

Senhor Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara e respectiva Mesa, Srs. Deputados, Srs. Municípes, minhas Senhoras, meus Senhores, bom dia a todos.

A minha intervenção é para recentrar a discussão no concelho. No entanto, não resisto, depois desta última intervenção, a fazer dois ou três comentários em passant.

E os dois ou três comentários passam, primeiro: o Governo anterior tinha-nos anunciado um TGV, este anuncia-nos dois TGVs: um a partir de Aveiro e outro a partir de Lisboa. Não, desculpe, ó Professor, não é uns vêm de cima e outros vêm de baixo, o anúncio que eu ouvi é que deixaria de haver um para haver dois. Um saindo de Aveiro, outro saindo de Lisboa e os dois encontrando-se em Salamanca e depois seguindo numa via para a Europa. Foi isto que eu ouvi.

Portanto, de um passamos para dois. Também, já agora, a campanha foi toda feita no sentido de diminuir as gorduras. Todos nós estamos à espera de ver onde está a diminuição das gorduras. Até este momento só vimos receita, receita, receita e todos vão sentir os 50% do 13º mês. As gorduras não sei onde vão estar, além dos anúncios e em passant eu diria estes dois pontos porque quero centrar a questão que aqui me traz, no concelho.

Se todos nós olharmos para as questões concretas e naquilo que nós podemos participar, eu penso que poderemos ajudar o país.

E a minha primeira palavra é uma palavra de homenagem a anónimos cuja memória se perde no tempo. É uma homenagem aos cristãos novos que se situaram junto à fronteira e que criaram o conceito da alheira.

Como todos sabem, o conceito da alheira foi criado para evidenciar que os judeus se tinham convertido e a evidência que mostravam à polícia política, - não se pode dizer assim, vamos chamar-lhe pelo nome, "inquisição"- na altura era a alheira.

E esta minha primeira homenagem a anónimos que se perdem no tempo e aos cristãos novos da altura.

A outra palavra é para os caminhos-de-ferro porque também, como todos sabem, a alheira só é de Mirandela por um acaso, por um acidente.

A construção do caminho-de-ferro que ligou o Tua a Bragança, e que era pressuposto ligar o Tua a Puebla de Sanabria, começou em 16 de Outubro de 1884 e chegou a Mirandela em 27 de Outubro de 1887. Esteve parado 16 anos, até que recomeçou.

Por esse facto, as pessoas de Mirandela, para além da centralidade geográfica que lhe é natural, teve também o acaso de as encomendas com alheiras saírem de Mirandela e desse acaso a ligação do nome "Mirandela" a alheiras e para todo o sempre ter ficado "alheiras de Mirandela". Porque aqui em Mirandela, através dos caminhos-de-ferro, se despachavam as encomendas para Lisboa, onde iam alheiras e daí a alheira de Mirandela.

Também a minha homenagem aos fabricantes de alheiras que teimaram durante todos estes anos, embora nunca tivessem a consideração (assumo isto que estou a dizer) da sociedade civil e da sociedade política de Mirandela, pelo contrário, eu direi até que eram olhados um pouco de lado.

A minha outra palavra também para toda a fileira da indústria das alheiras, os trabalhadores, os industriais, que no dia a dia puseram de pé e põem de pé essa actividade económica que é porventura a primeira actividade económica de Mirandela, seja em postos de trabalho, seja em valor acrescentado, seja em riqueza, é porventura a primeira actividade de Mirandela.

E criaram as condições também para que a alheira fosse considerada uma das sete maravilhas da gastronomia portuguesa. Daí terem possibilitado que no dizer da apresentadora Catarina Furtado, duas alheiras de Mirandela corresse e se precipitassem para o palco, tendo uma tropeçado ou no dizer do nosso Presidente que o prémio foi recebido pelo Presidente e pelo meu Vice-Presidente.

Eu não vi ao vivo a transmissão. Não pude, por razões profissionais, mas quando me transmitiram eu fiz uma pergunta, aquela pergunta normal. Então e os representantes da actividade económica? Isso são os políticos. Não estava ninguém em representação da actividade económica? Não, os dois que vimos, foi o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente, que estava em substituição mas que também estava lá e que se precipitaram os dois para o palco, tendo um deles tropeçado. Se calhar um queria chegar primeiro que o outro, talvez fosse isso.

Isto revela uma questão fundamental que é a insensibilidade para a actividade económica porque eu nunca vi fazer nenhum baptizado sem o bebé, nunca vi nenhum casamento fazer-se sem os noivos. Onde estava o representante da actividade económica? Eu sei que existe uma grande insensibilidade deste Executivo. Essa insensibilidade deste executivo que se precipita e que não leva um representante da actividade económica para a recepção do prémio, é o mesmo que demorou anos a definir onde se havia de situar um marco de correio na Zona Industrial.

É exactamente o mesmo que se recusou – talvez por insensibilidade ou incompetência – a fazer lobby para que a Zona Industrial fosse dotada de banda larga, como em sessões anteriores aqui falámos.

É o mesmo Executivo que ao longo destes anos não investiu um cêntimo na actividade económica. Eu lembrava as palavras do vosso companheiro António Borges, na última entrevista, que diz: “*ou Portugal investe na actividade económica, ou Portugal ganha músculo, ou Portugal morre*”.

Mas este Executivo que durante anos não marcou o lugar para pôr o marco do correio, que se recusa a fazer lobby para a banda larga, que não investe um cêntimo na actividade económica, é o mesmo que se precipita para a recepção do prémio.

Daí que me leve a terminar esta intervenção, perguntando directamente ao Sr. Presidente se a ausência do representante da actividade económica da indústria da alheira se deveu a esquecimento ou a qualquer objectivo político-partidário?

Deputado Municipal Vasco Saldanha (PSD):

Bom dia a todos.

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia e respectivos Senhores Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores vereadores, Exm.ª s Senhoras e Senhores deputados, Senhoras e Senhores.

Cumprimento em primeiro lugar os Srs. novos deputados Patrícia Bernardes e Agostinho Beça, sejam bem vindos.

Quero congratular-me também por a alheira de Mirandela ter sido eleita uma das 7 maravilhas da gastronomia de Portugal.

Com esta eleição foram homenageadas gerações de mulheres que durante tempos imemorais fizeram deste produto um dos mais representativos da nossa região. Está pois de parabéns a Câmara de Mirandela e todos aqueles que ajudaram a tornar possível esta realidade apostando forte na promoção dos excelentes produtos do nosso concelho tal como já tem vindo a ser feito também com o azeite. Este é sem dúvida o caminho certo a percorrer na divulgação dos nossos produtos. A certificação é importante, porque de vez em quando há situações em que se diz que é de Mirandela e não é.

Queria dar também os parabéns ao Sr. António Carvalho pelo pela construção da maqueta do comboio do Tua, acho que é uma obra notável.

Sr. Presidente, Portugal, é sabido, atravessa um dos momentos mais difíceis da sua história recente e, que terá de os resolver com muita urgência sob o perigo de poderem vir a deflagrar convulsões sociais.

Apesar de ter sido o país da Comunidade Europeia onde mais investiu “per capita” foi o que menos proveito tirou, não se actualizou, as classes sociais não melhoraram, tal como a educação e os dinheiros recebidos foram quase sempre mal encaminhados. Que o digam os nossos agricultores.

Os erros políticos cometidos mas sobretudo dos governos PS vieram agravar ainda mais a nossa situação e foram de tal modo graves, que a nossa economia estagnou deixando o país numa profunda crise pois quase conduziram Portugal à insolvência.

Se dúvidas houverem basta consultar alguns dados:

- Na última década Portugal teve o pior crescimento económico dos últimos 90 anos;
- Temos a pior dívida pública dos últimos cerca de 150 anos;
- O estado social está cada vez mais debilitado, a sustentação do sistema, como a saúde, educação e segurança social têm sido postas em causa;
- Temos a pior taxa de desemprego dos últimos 90 anos;
- Temos cerca de 650mil desempregados;
- Temos actualmente a 2º maior vaga de emigração dos últimos 150 anos;
- Estamos no top dos países mais endividados mas, muitos mais dados poderiam ser aqui enumerados.

Também a governação da família PS espalhada pelo resto da Europa tem sido a maior responsável pela crise económica arruinando e destabilizando toda uma organização construída a pensar no melhor para os cidadãos e que nunca foram capazes de cortar na despesa.

Cortaram isso sim, em salários, subiram impostos, criaram desemprego, reduziram pensões e impuseram vários pacotes de austeridade às populações.

E como vamos nós resolver os problemas em Portugal sabendo-se que eles vão agravar ainda mais a vida das pessoas? Reagir é provavelmente a palavra adequada para transformar Portugal. O momento, sabemos-lo, é de emergência nacional e para sairmos desta calamidade e fazer face ao endividamento externo, exige-se antes de mais tomar medidas, criando entre outros por exemplo programas de emprego no sentido de fomentar a produtividade e o investimento das empresas nomeadamente estrangeiras de forma a fazer crescer a economia do país.

E quais são então as perspectivas futuras para o concelho de Mirandela e a nossa região?

Entendo, Sr. Presidente e senhores deputados, que a curto prazo, provavelmente não será fácil criar essas novas perspectivas não nos iludamos quanto a isso, há que ter essa noção, sejamos verdadeiros, no entanto, é forçoso reagir o mais depressa possível às intempéries políticas e económicas.

Sabemos que as populações têm que viver com o mínimo de condições, a colocação de pontos luz, saneamento, calcetamentos, saúde e apoio social são fundamentais. Entendo no entanto que encontrar factores fortes de desenvolvimento para o nosso concelho e para a nossa região é por ventura o papel mais

determinante que nos deve preocupar neste momento difícil, por forma a que o esquecimento a que temos sido votados se altere o mais rapidamente possível. Entendo que um bom contributo pode passar também pela capacidade de nos organizarmos administrativamente através das Juntas de Freguesia e respectivas Câmaras.

Relativamente ao nosso concelho, já o disse nesta assembleia, sempre defendi a criação de núcleos de freguesia com população e áreas muito idênticas entre elas, de forma a combater mais facilmente as dificuldades de cada uma.

Hoje tal como o governo propõe, quer fazer uma reforma administrativa mas ao nível da redução de freguesias. Poderíamos ter avançado na criação de um novo modelo de reorganização local tal como o sublinhei em várias assembleias mas não se fez. Esta tarefa agora proposta pelo Governo vai com toda a certeza criar reacções ainda que a história de cada freguesia possa ser respeitada. Entendo que os possíveis nove ou dez núcleos que defendi, possam perfeitamente como indicadores vir a ser as futuras nove ou dez freguesias. Sou de opinião no entanto, que os agentes políticos e as populações, devem entre elas debater os princípios e critérios orientadores na aplicação deste novo modelo de freguesias.

Só debatendo a nossa realidade se podem direccionar objectivos na procura de soluções e desta forma fixar pessoas no nosso concelho em particular os jovens. O turismo, as paisagens, os produtos, os recursos e apoio às empresas na criação de emprego é fundamental porque sem elas não há presente nem haverá futuro e a desertificação avançará tal como tem acontecido dia após dia. Estamos num momento prioritário para o nosso concelho, a situação difícil actual obriga-nos a ter que ponderar melhor as nossas atitudes enquanto eleitos, no sentido de haver uma melhor cooperação entre nós que muitas vezes falta.

Vamos ter fé que o actual Governo PSD/CDS-PP nos consiga trazer um futuro melhor, vamos ter essa esperança mas vamos sobretudo estar muito atentos. Esse futuro pode demorar a caminhar na nossa direcção mas exige-lo junto do poder central é o mínimo que podemos fazer pelas populações do nosso concelho e região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Tal como a linha do Tua nós não podemos chegar ao fim da linha.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Bom dia a todos. Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e respectivos Secretários, Sr. Presidente da Câmara e respectivos Vereadores, Exm.º s Deputados Municipais.

Só um pequeno à parte em relação ao que ouvi agora. Recordo-me de há uns anos ter dito que a intenção é fechar tudo de Vila Real para cima, criar aqui uma grande coutada, em que só existe Vila Real e Bragança, e depois pôr aí umas casitas com uns criados para quando eles vierem com os jipes à casa estarem cá meia dúzia deles para os receberem e tratá-los bem. Mas esse ponto há-de ser discutido na altura própria e eu continuo cada vez mais determinado e mais convincente que a grande estratégia a longo prazo é essa. Também digo, como diz o povo, “para mim são todos iguais” e eu estou incluído neles, como é lógico, na situação em que estou neste momento.

O que aqui me traz é um assunto que tem a ver com a fiscalização da Câmara.

Todos se recordarão, que muitos aqui estavam já, que eu, há uns quatro ou cinco anos, reivindiquei aos serviços meios tecnológicos para melhor apresentar os problemas e trouxe aqui umas fotografias duma casa que estava a ser construída no meio da rua. Não sei se entretanto a casa foi embargada mas o certo é que a casa está construída e está no meio da rua. Quem passar lá pode ver.

E trago isto porquê? Porque sou um Presidente que não gosta de participar de ninguém. Acho que as pessoas devem ter liberdade para fazer as obras que considerarem necessárias desde que não interfiram com a propriedade pública nem com vizinhos e que não prejudiquem ninguém. Devem recuperar e melhorar as casas e as condições de vida.

Do que eu me recordo e assumo, participei aos serviços da Câmara de três episódios. Foi o dessa casa, que nunca recebi (sendo parte interessada) informação da situação em que se encontrava a construção, nem porque esteve parada, que depois acabou por ser construída. Não sei se foi o Tribunal que deu ordem, se foi a Câmara...mas também isso já é passado, não há nada a fazer, a casa está lá a ser habitada e o Franco está com a casa no meio da rua.

Participei também de outro Sr. há uns anos. Um dia qualquer deve ter acordado mal disposto e disse que eu fiz um acordo com ele, só que eu nunca vi esse acordo, deitou um muro abaixo que é propriedade da Junta Freguesia, que era uma parede, há três ou quatro anos. A Câmara – em anos diferentes - mandou-lhe uma carta registada e a mim também, enquanto Presidente da Junta, a dizer que lhe dava noventa dias para construir o muro. Já passaram 1 ano, dois e a carta registada de noventa dias não teve qualquer efeito. Eu também comuniquei à Câmara.

Este senhor, também num dia qualquer cimentou lá um canelinho, (toda a gente sabe o que é um canelinho). Participei à Câmara e o canelinho lá está cimentado. Foram lá os técnicos da Câmara mas nunca recebi nenhuma informação relativamente ao ponto da situação do canelinho, que continua cimentado. Usurpou aquilo e é propriedade do Sr. e está tudo bem.

O que me dá para rir, ou se calhar eu tenho a mania da perseguição...às tantas também é verdade, mas também com essas perseguições, enquanto assim for, está tudo bem na minha vida. É o seguinte: eu

sou Presidente duma Associação Cultural e Recreativa, devidamente legalizada, que rarissimamente pede subsídios (pediu só uma vez subsídio à Câmara).

Temos lá um bar a funcionar e antes de o mesmo abrir, tive a preocupação, com testemunhas, de ir à GNR e à ASAE perguntar se eu poderia abrir um bar para estar em funcionamento. Toda a gente me disse que sim desde que o bar estivesse legalizado e fosse só para sócios e o bar está a funcionar.

É evidente que toda a gente o lá quer, excepto algumas pessoas. Participam à Câmara e aí está a fiscalização no bar a perguntar como é, como está e vêm-se embora.

No mês seguinte vai outra vez a fiscalização ver o bar porque há outro telefonema e vêm-se embora. Presumo que está tudo bem, mas também nunca recebi nenhuma notificação.

Como a fiscalização está a ir lá todos os dias (é um exagero) já tive a preocupação de ir à Câmara perguntar se isto não está em condições porque eu quero que o bar funcione legalmente, embora pense que está legal.

Eu quero dizer com isto que todas as reclamações da Junta de Freguesia, no interesse do bem público, em defesa da propriedade pública, nunca tiveram sucesso (lá está, tenho azar nas reclamações que faço).

Quando algum particular participa ou da Junta de Freguesia ou da Associação Recreativa, aí estão logo os fiscais ao serviço dos que participaram para ver se as coisas estão bem.

O último episódio é o seguinte:

A Associação é proprietária legítima, (apesar de não estar legalizado), toda a gente no Franco sabe, que há mais de 40 anos, o campo de futebol do Franco, que hoje é só o lugar, porque já não há futebol, é propriedade da Associação. Há muito tempo fui abordado enquanto Presidente da Associação Cultural por uma empresa que está na construção da Auto-estrada se eu, enquanto Presidente da Associação Cultural, estaria disponível para ceder aquele espaço para o armazenamento de inertes que irão ser utilizados na construção da auto-estrada.

Reunimos, analisámos a situação e disponibilizámo-nos para assinar um protocolo, com algumas contrapartidas. Posso ser acusado de as contrapartidas não equivalerem ao serviço que eles estão a utilizar, mas isso é culpa minha de não saber negociar.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Sr. deputado, tem um minuto para terminar.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Eu termino já.

...Tive a preocupação, antes de colocarem os inertes, de lhes dizer para irem falar com as pessoas para perguntar se não havia problemas. Segundo me disse o responsável da empresa, ninguém levantou qualquer problema.

Até que, deve acordado um dia mal disposto, (como eu também acordo às vezes) disse que já escreveu não sei quantas cartas para tudo quanto é sítio e a fiscalização lá foi e viu o morro dos inertes.

Eu permiti que aquilo se lá instalasse porque senão a empresa teria que fazer algumas terraplanagens para construir o armazém e é evidente que qualquer obra pública causa sempre danos a umas pessoas ou outras. Mas a pessoa em causa diz que vive no Franco mas nunca lá viveu, desde que é adulto, que é o Sr. Rui Alves, o Sr. Comissário.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Faz favor de terminar.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Desculpe lá, mas eu vejo pessoas vir aqui falar, falam, falam...é a tal coisa, tenho a mania da perseguição.

...essa pessoa, que é o Sr. Comissário e no Franco é conhecido por Rui Anaísa ou do João Aurélio, como eu sou conhecido pelo Paulo. O Sr. Rui assina no fundo Doutor e não sei quantos, é um direito dele. Já escreveu para tudo quanto é sítio.

Até agora parece que está tudo bem. O que é certo é que se telefona e lá vai a fiscalização. Eu pergunto se a fiscalização só atende a particulares. Tenta resolver os assuntos deles e quando é da Junta de Freguesia nunca vi nenhuma resposta.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Bom dia Sr. Presidente e Srs. deputados, cumprimento também o distinto Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, Srs. Vereadores em regime de permanência e de não permanência, algum Público presente e Comunicação Social.

Eu queria desta minha intervenção e referindo-me a intervenções que aqui já foram proferidas pelo Sr. deputado municipal António Figueiredo e Vasco Saldanha e não sendo eu advogado de defesa, nem o pretendo ser, do Partido Socialista, no qual fui eleito nas suas listas, como cidadão independente, só queria

dizer o seguinte: para mim, socialismo é ser socializante, por isso ele está presente sempre, nos bons e maus momentos do país. Srs. deputados, consultem a história do passivo desta força partidária, antes e depois do 25 de Abril de 1974.

Queria também propor à Mesa um voto de louvor à Mesa de Confraria de Nossa Senhora do Amparo pelo trabalho e brilhantismo com que levaram a efeito as recentes festas da cidade e em honra de Nossa Senhora do Amparo, na pessoa do Sr. Juiz Presidente, Sr. Professor Almeida, também deputado municipal desta Assembleia. Parabéns e da minha parte aceite os 19.5 valores que lhe atribuo ao trabalho. 20 É impossível, 19.5 é muito bom.

Também na sequência da nomeação do novo bispo de Bragança-Miranda, sobre a sua saudação do passado dia 18 de Julho, na qual se dirigiu à Diocese e ao nosso distrito e onde também fez eco e saudou o poder autárquico do nosso distrito, pedindo a cooperação mútua.

Eu também queria propor nesta Assembleia um voto de felicitações pela nomeação deste novo bispo, que será o 44º bispo da Diocese de Bragança-Miranda, sendo um conterrâneo e o primeiro presbítero oriundo desta Diocese, a ser nomeado Bispo.

Que este voto de felicitações seja transmitido a D. José Manuel Garcia Cordeiro, quanto mais não seja, na pessoa do Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, que julgo saber, que depois de amanhã estará presente na Sé Catedral de Bragança no seu acto de ordenação e posse à frente dos destinos desta Diocese.

Há mais umas questões que eu queria aqui colocar a quem de direito, nomeadamente à Mesa, mas ao porta-voz do Conselho Municipal de Segurança, se ele tem reunido e também que ilações já podem ser tiradas após a PSP local ter sido instalada no novo edifício da Reginorde. Já há comissário ou ainda continuamos com um Subcomissário Rui Carvalho. Já ouvi falar aqui em Comissário mas que eu saiba ainda é Subcomissário. Há alguma diferença e um Comissário faria toda a diferença.

Há mais segurança na cidade? Diminuiu a criminalidade na cidade? Houve reforço dos efectivos do contingente e meios? Que conclusão poderemos tirar neste momento? É que eu não fiquei muito agradado e o Sr. 1.º Secretário da Mesa deve saber disso. Tem a ver com o ambiente – com carros velhos, com sucata abandonada - já há três meses que alertei o Sr. Dr. Rui Magalhães para esta situação, inclusive na própria Esquadra e para meu espanto, parece que foi a saca-rolhas. A PSP que está incumbida, em articulação com os serviços da Câmara, de remover esses veículos em estado de sucata abandonados, foi preciso saca-rolhas, eu insistir e voltar a insistir para que há meia dúzia de dias tirassem as duas últimas viaturas que estavam a ocupar um caminho público, quando me é respondido da esquadra, *“mas se não estiverem no meio da via pública, nós não os tiramos”*.

Se não estivessem a fazer diferença à passagem de veículos e de pessoas, a situação não era alertada. Isto acho que não é de bom-tom e não assenta bem à minha pessoa, portanto, que me sejam dadas explicações nesse sentido.

Queria também alertar aqui o Sr. Presidente da Câmara Municipal da falta de um miradouro condigno por excelência, onde certamente os turistas que nos visitam teriam uma visão, pelo menos de 80% da paisagem da nossa cidade, no alto do monte, do falecido Dr. Jorge Pires, junto ao canal, junto às antenas, ou daqueles depósitos das Águas de Portugal, é um bom local, donde se vê praticamente toda a cidade.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Sr. Presidente da Assembleia e demais elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Exm.ª Assembleia.

Duas notas muito breves.

A primeira é dar os parabéns ao Sr. António Carvalho, pela demonstração de todo o seu engenho e arte ao brindar o Município com aquela réplica dos comboios de há uma década atrás, que também a mim me fazem recuar mais de 40 anos, dos tempos da meninice, das deslocações diárias de Frechas para Mirandela, para a escola. Lembro-me bem dos banhos de fumo que tomávamos no túnel em Frechas, oriundos daquela máquina a carvão. É um bom elemento.

Contudo, terei que lamentar o facto de Mirandela sendo uma cidade com uma forte presença da CP, - inclusivamente temos a rua dos Ferroviários - lembro-me bem dos tempos da escola, primeiro o Liceu e por aí fora, do número de ferroviários que todos os dias subiam aquela rampa em direcção a casa, não haja outros elementos que nos façam recuar nos tempos, tal como acontece por exemplo com Bragança, para não falar em Vila Real, com aquela extraordinária máquina num dos jardins da cidade, nos acessos à Universidade.

A segunda nota vai para a questão da reforma administrativa que durante bastante tempo aqui referi e sou um incondicional adepto das reformas, sejam elas promovidas por que governos forem. Essa questão não me preocupa minimamente. Nunca tive dúvidas que são necessárias profundas reformas nos diversos domínios da nossa sociedade.

A nível local, depois do documento apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia Rui Magalhães, é necessário fazer um forte apelo à participação de toda a gente e dos membros da Assembleia e referir que este documento não fique apenas pela questão do acompanhamento mas pela questão da

participação de todos, que apresentem sugestões e ideias porque só assim é que estas questões poderão avançar e se conseguir o objectivo que se propõe.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidentes de Junta, meus Senhores, minhas Senhoras, Comunicação Social.

Eu não era para intervir mas já agora, que estamos num país de já agora, vou fazê-lo. Vou fazê-lo porque ultimamente, ao longo de algum tempo, tenho notado que de vários quadrantes, sejam eles à direita ou à esquerda ou pelo centro, tem faltado uma coisa que a mim me ensinaram ao longo dos tempos e que aprendi em casa, depois nos bancos da escola e depois na minha vida profissional. É exactamente a ética. Tem faltado ética em tudo. Neste momento não há ética profissional, não há ética social, não há respeito pelo semelhante, não há respeito por nada.

Mas como também estamos num país de já agora, começo por dizer.

Nós estamos a passar um mau bocado mas já tivemos outros, tivemos a época dos Filipes. Agora é muito parecida, só nos falta um Conde Andeiro mas ele lá chegará.

A Troika não é apanágio para fazermos tudo o que queremos e o que não queremos porque a troika, por exemplo, eu sei porque li o memorando, inclusive em inglês, outros não saberão inglês, com muita pena minha, mas eu li-o em inglês e em inglês até é mais explícito do que se calhar em português porque há palavras que são ditas e que são palavras exclusivamente inglesas e que não há uma tradução directa. Não diz por exemplo que o Sr. Ministro da Saúde tem que acabar com os projectos ligados às Unidades de Cuidados Continuados. Por acaso li hoje no jornal mas até já o sabia porque a parte social não era a que devia ser a mais cortada e vem lá.

O Sr. Ministro da Saúde diz para não se fazerem os projectos. Até temos aqui um deputado municipal que é Arquitecto e que é meu amigo, faz o favor de o ser e ele sabe perfeitamente (não me estou a referir a ele), mas quando nós começamos uma casa começamos pelos projectos, não é pela construção e o Sr. Ministro diz para pararem todos os projectos. Mas ele está a falar na fase de projecto de risco ou está a falar na fase de construção? Quantas misericórdias estão com a corda na garganta, quantas IPPS estão agora aflitíssimas porque não sabem para que lado se vão virar. Mas isso não vem na Troika meus senhores, façam o favor de ler. Eu até sei, e se calhar muitos de vocês saberão, que ele está em negociações com o Banco Europeu para se retirar em alguns sítios, "*cortar alguma gordurinha*" para que a parte social até seja reforçada em algumas áreas.

Estamos-nos a esquecer que neste momento 75% da população portuguesa tem mais de 65 anos de idade. Vamos mais longe e vivemos até aos noventa, mas depois também temos mais encargos na área de acompanhamento porque as famílias não assumem responsabilidade. Muitas vezes não é porque não queiram mas é que nem se estruturaram para ter os seus velhos e, desculpem-me o termo, velhos não é farrapos, é velhos, o termo é velhos, não é idosos.

Portanto, como estamos num país de faz de conta e já agora e mais ou menos e vamos ver, eu gostaria que mais uma vez nos virássemos para a ética, que é um conjunto de valores e estes valores não os podemos perder de maneira nenhuma, sujeitos a não irmos a lado nenhum também.

Tenho dito. Bom dia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado deputada Alzira.

O deputado Faustino Cunha tem a palavra. A mesa registou a sua inscrição mas por qualquer razão falhou porque quer eu quer o Sr. Secretário Rui Magalhães tínhamos visto isso.

Claro que regimentalmente temos que respeitar o tempo, ir informando a Assembleia, hoje com alguma flexibilidade que a Mesa pode ser apontada, que não é generosidade, é talvez um pouco de descuido.

Faz favor, tem a palavra.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, Exm.º s. Srs. Secretários, Ilustríssimo Executivo, caros Companheiros e Membros da Assembleia Municipal de Mirandela.

Conforme é do vosso conhecimento, as populações habitantes nos meios rurais do concelho, especialmente as mais necessitadas, sentem um grave problema de exclusão económica e social quando têm necessidade de se deslocar à sede do concelho para tratar de assuntos administrativos ou ter acesso a cuidados de saúde.

Este problema é sentido por todos e de uma forma muito especial pelos Srs. Presidentes de Junta.

A problemática da mobilidade tem preocupado o Executivo ao ponto de dispor de um grupo de trabalho para o estudo e apresentação de propostas no sentido da sua sustentabilidade.

O Executivo, na sua reunião de 11 de Janeiro findo, chegou mesmo a afirmar que o Plano de Mobilidade do concelho tem várias vertentes, entre as quais o metro e os autocarros.

A candidatura apresentada ao QREN, Mirandela 21, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, liga o desenvolvimento do Metropolitano Ligeiro de Mirandela com a Sociedade de Desenvolvimento Regional do Tua, que já intencionalmente inclui nos seus objectivos a mobilidade das populações.

Sabemos estarmos em tempo de equacionamento do tema, perante as possibilidades de desenvolvimento da experiência com os autocarros, da Sociedade do Metropolitano Ligeiro de Mirandela e da execução de compensações pelas consequências da barragem sobre o rio Tua.

Assim, eu proponho:

Que seja proposto ao Executivo a adjudicação ao grupo de trabalho do plano de mobilidade do concelho, o estudo de uma solução tendente a minorar a exclusão social e económica das populações rurais, nas suas deslocações para e da cidade de Mirandela.

Muito obrigado. Sou o primeiro subscritor desta proposta.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente, duas propostas.

A primeira subscrita pelo Dr. Rui Magalhães sobre a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Reforma da Administração Local.

Srs. deputados, penso que em termos regimentais tem que se dar um curto espaço para discussão se os Srs. deputados assim entenderem.

De maneira que, antes de votarem, a Mesa pergunta aos Srs. deputados se alguém quer usar da palavra sobre este assunto.

Não havendo, passamos já à sua votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Reforma da Administração Local.

Presidente da Assembleia Municipal:

A segunda proposta é um voto de louvor à Confraria de Nossa Senhora do Amparo.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de um voto de louvor à Confraria de Nossa Senhora do Amparo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quanto a este voto de felicitações apresentado pelo Sr. deputado Fraga, a Mesa vai endereçá-la à entidade competente.

Perguntava agora ao Sr. deputado Faustino se isto é votado ou é um documento com uma sugestão que é veiculada directamente para o Executivo.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Uma proposta que é presente, vai ser admitida e depois de admitida pode ser discutida e depois de discutida é aprovada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Claro. Essa é a tramitação a metodologia que eu há poucos segundos informei esta Assembleia que é regimental e julgo que é universal. Mas como os Srs. deputados bem sabem, por vezes partem da Assembleia algumas propostas/sugestões ou recomendações que transitam pela Mesa mas não custa nada. A Mesa apresenta isto já aos Srs. deputados e podem discuti-lo e votá-lo.

Os Srs. deputados ouviram a proposta apresentada pelo Sr. deputado Faustino Cunha. São três linhas que eu leio rapidamente:

“Que seja proposto ao Executivo a adjudicação ao grupo de trabalho do Plano de Mobilidade do concelho, o estudo de uma solução tendente a minorar a exclusão social e económica das populações rurais, nas suas deslocações para e da cidade de Mirandela.”

Algum Sr. deputado quer comentar ou discutir a proposta? Não havendo, vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém? 1 abstenção.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada pelo deputado municipal Faustino Cunha.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

É apenas para pedir um esclarecimento, se foi ou não mencionado o voto de felicitações proposto, votado por esta Assembleia, para apresentar ao novo bispo de Bragança-Miranda.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa disse que será endereçado à entidade competente. Para ser votado tem que apresentar essa proposta Sr. Carlos Fraga, em termos regimentais.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Eu fi-lo oralmente em duas ou três palavras, se quiser que o reproduza a escrito, poderei fazê-lo, mas dispensava isso Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Oralmente também resolvemos. Estamos perante deputados experientes e inteligentes e é rápido.

Srs. deputados, a recomendação do Sr. deputado Carlos Fraga fica transformada numa proposta que é um voto de felicitações à entidade religiosa do Distrito de Bragança, o próximo detentor do Episcopado.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por maioria, com um voto de abstenção.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, um voto de felicitações à entidade religiosa do Distrito de Bragança, o próximo detentor do episcopado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente, peço desculpa, faça favor então de retomar a palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia Municipal, público presente, comunicação social.

Em primeiro lugar, saudar as 11 intervenções. Parecia quase uma equipa de futebol, dá 11 certinhas em termos de intervenções neste Período Antes da Ordem do Dia.

Queria começar por fazer apenas um comentário à Proposta da Reforma Administrativa do Estado, proposta aqui pelo Dr. Rui Magalhães para frisar apenas dois pontos para perceberem a importância de tal comissão e o sentido prático que lhe devem dar e o esforço que devem desenvolver, com dois números apenas, que são:

Pensarem que esta comissão vai ter que fazer uma proposta à Assembleia Municipal, onde no máximo (e eu refiro, no máximo), aqueles critérios vão reduzir as juntas de freguesia para 16 ou menos, nunca mais de 16. Este é o número que vos deixo para verem a importância dessa comissão e o trabalho que é preciso fazer. Os critérios aprovados, depois de introduzidos numa base de dados, dá no máximo 16 juntas de freguesia. Estamos a falar só em número e não onde são e onde não são, para verem a qualidade que este trabalho deve ter.

Em segundo lugar, dizer-vos também que esta reforma é uma ruptura com o municipalismo que existia. Não vale a pena ter dúvidas. Em tudo é uma rotura, não só no modo de eleição, como no número de eleitos, como também, e isto que fique claro, na lei que ainda falta, que é a pior, de atribuição de competências e de financiamento.

As câmaras não vão ser as mesmas competências depois desta legislação. Isto que fique claro para quem trabalhar nesta lei com todo o afinco e vigor, que tenha em vista este sentido estratégico que pode ter.

Em relação às questões da deputada Odete Ferreira, dizer-lhe que eu reflecti mas tive alguma dificuldade em perceber se era a favor de o Politécnico ter instalações definitivas, se era contra, se se abstinha, não consegui perceber. Percebi que agora não era bem a altura, isto podia ser demasiado, investimentos supérfluos, não percebi.

O Instituto Politécnico em Mirandela, até só com os alunos que já tem e da consolidação que já fez, que se aproxima dos dois mil alunos, não pode sair de Mirandela, faça-se o esforço que se fizer para que tenha instalações definitivas, porque reduz alguns ou aumenta alguns. Hoje é um elemento decisivo nesta época de crise em Mirandela, em todos os sectores e em todos os meios, portanto, é prioridade e até esta prioridade estar construída, vai ser sempre uma prioridade.

Quanto ao Centro Escolar, dizer-lhe que ouviu mal, leu mal ou então lhe traduziram mal. Dizer-lhe que o Centro Escolar vai ser construído e agora vai ser construído com financiamento de 85%. Atrasou, pode continuar a atrasar, será construído quando estiver aprovado nesta globalidade dos 85% porque não há possibilidades de fazer investimentos supérfluos nesta matéria sem serem completamente financiados.

O Governo assumiu como prioridade da revalorização do QREN que as instalações escolares que tenham carta educativa e que ainda não estejam concluídas, é prioridade máxima, desde que sejam financiados a 85%. Conseguiu isso também ultimamente em Bruxelas, o que deixa já uma margem pouco significativa para que as autarquias possam suportar o custo. Basta o valor do terreno para quase justificar os 15% que a autarquia tem, o que deixa que sem endividamento se pode fazer esse centro escolar.

Sobre os outros projectos que falou, da Estação, da antiga Esquadra e doutros que vê, eu tenho muita pena mas tenho que ser realista e dizer-lhe que são agora são apenas intenções. Já há muitos anos, continuarão a ser minhas e doutros Presidentes de Câmara que vierem para Mirandela até estarem concluídas, não tenho dúvidas sobre isso, mas no tempo actual é mais preocupante neste momento a sustentabilidade das coisas do que estar a investir na reconstrução, na reabilitação ou noutro tipo de situações, que por muita falta que façam, não têm dinheiro e não têm prioridade sobre aquilo que se passa nas crises, que é as finanças equilibradas e apoio social, essencialmente.

Portanto, enquanto o apoio e a prioridade for esta, não haverá estas obras em andamento, serão paradas e assumidas que param até haver meios financeiros para lhe fazer face.

Ao que disse o Pedro Fonseca não vou fazer comentários, é a opinião dele sobre esta legislação, também tenho a minha, numa altura própria transmiti-la-ei.

À intervenção da Marisa Aranda não tenho que fazer comentários.

À questão do Sr. Presidente da Junta do Franco, sobre fiscalização, dizer-lhe que ele fê-lo publicamente como Presidente da Junta, denunciou todas as situações que acha relevantes, eu acho muito bem. Eu, como Presidente da Câmara, não posso dar aqui essa explicação desse problema, publicamente. Peço desculpa, mas não o vou fazer.

Ao deputado Fraga, dizer-lhe que o Conselho Municipal de Segurança, reúne no dia 17 de Outubro e aí vou pedir também ao seu Secretário que mande as conclusões aos membros da Assembleia, que depois poderão analisar todas as questões da esquadra.

No entanto se o Dr. Rui Magalhães tiver alguma coisa a acrescentar, no final dar-lhes-à, nos outros assuntos, explicações sobre este tema específico.

Sobre o miradouro, independentemente da sugestão que fez, que acho muito útil, nós temos neste momento no projecto de regeneração urbana, a igreja da Torre, de Nossa Sr.^a da Encarnação, que está a ser e vai ser musealizada para ser exactamente o miradouro de Mirandela. Está candidatada, vai ter obras significativas por dentro, de percurso da respectiva torre e foi uma forma que se encontrou para valorizar aquele espaço que também tem uma vista sobre Mirandela, pelo menos é esse o objectivo da intervenção.

É evidente que nos pontos mais altos de Mirandela, em termos de orografia é essencial ver essa questão e tem que ser analisada.

Em relação à Alzira, dizer-lhe, quanto às Unidades de Cuidados Continuados, vamos ser claros e não enganar ninguém. O que o Sr. Ministro disse e escreveu, foi o seguinte: as Unidades de Cuidados Continuados que a partir daqui precisarem de aprovação, ele não tem dinheiro para as aprovar. Eu acho que é melhor falar verdade do que mentir. Não tem dinheiro para aprovar mais porque até estas que já estão aprovadas, é difícil ao Ministério que já está com um ano de atraso nalguns pagamentos dessas unidades.

Portanto, quem não tem dinheiro, não tem vícios, se assim se pode dizer, em determinadas matérias.

Mas também disse outra coisa: isto é essencial para cumprir aquelas que já estão aprovadas e atribuídas às respectivas instituições, que já é um sinal de segurança.

Quanto à intervenção do Eng.^o Baltazar, e não pensem que me esqueci, deixei para o fim porque é sempre a importância fundamental nestas intervenções que o Sr. deputado Baltazar tem nesta Assembleia.

Eu quero antes de lhe responder fazer dois pontos prévios, que é assim:

O Eng.^o Baltazar tem mesmo fixação no actual Presidente da Câmara de Mirandela.

Se eu tomar uma atitude na minha vida pode ser que passe essa fixação. Percebi hoje que não, também é no Vice-Presidente e então essa vai ser duradoura e eterna de certeza absoluta, essa fixação na Câmara de Mirandela.

A outra questão é que pensei também que a fixação era só nas coisas más mas não, a fixação também é nas coisas boas, isto é, naquilo em que os Mirandelenses se orgulham, também há fixação. Aí é preciso arranjar algumas desculpas públicas para que a Câmara, ou o Presidente da Câmara ou agora o Vice-Presidente da Câmara, não entre nessas situações.

Vamos ser claros. Ninguém fez competição em relação a ninguém. Quem nos pôs o pé à frente foram os da sopa de pedra, com inveja de não ganharem nenhum prémio, de certeza absoluta, porque eram os de Santarém.

Mas eu queria dizer-vos duas coisas, passando estas notas prévias, e à explicação da questão que ele aqui levantou, para que fique clara e objectiva.

É assim:

O Presidente da Câmara, para o bem e para o mal, para os que gostam e para os que não gostam, representa todos os munícipes do seu concelho, representa os trabalhadores, os empresários e os consumidores. Todos os do seu concelho são representados, para o bem e para o mal, pelo Presidente da Câmara.

E o que é que se passou neste concurso? Este concurso foi um concurso de votação para eleger as sete maravilhas de Portugal. Não quer dizer que sejam as melhores ou as piores. Foram as mais votadas pelos eleitores, se assim se pode dizer, dessas maravilhas.

Teve que haver uma instituição que candidatasse essa maravilha, que foi a Desteque, que estava lá representada não pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara mas pelo representante da Desteque, da associação que apresentou a candidatura e pela Câmara Municipal, que é o representante desses tais interesses todos, do respectivo concelho.

Foi isso que nós fizemos, a convite da RTP. Não fomos nós que fizemos o guião para lá estar. Foram eles e orgulhosamente estivemos lá a receber um prémio sobre um produto de qualidade, de Mirandela, que dignifica Mirandela, que dignifica Mirandela perante o País inteiro e os seus produtos de qualidade.

Não foi mais nada do que isto, foi exactamente só isto, não foi rigorosamente mais nada. Para lhe dizer que estavam lá também os produtores e os comerciantes de alheiras. Só que ao perceber que a mecânica era esta e formalmente era esta, não pode ir toda a gente para a televisão, infelizmente, têm que ir só os representantes das respectivas instituições, compreenderam isto perfeitamente.

Percebo agora que se fosse uma actividade da área do Eng.º Baltazar, teria sérias dificuldades porque ele iria também para o palco e para a televisão, o que lhe ficaria muito bem nesta matéria. Muito obrigado.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem se inscreve, Srs. deputados? Tem a palavra o Sr. deputado Baltazar.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, minhas Senhoras e meus Senhores.

Antes de mais, um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara por me querer ver no palco. Isso não me criaria problema nenhum, como sabe.

A segunda delas é que aquilo que eu procurei aqui fazer tratava-se da insensibilidade ou incompetência para a actividade económica. E já agora, outra prova de insensibilidade para a actividade económica trago-lha aqui e era a pergunta que eu lhe deixava neste ponto da ordem de trabalhos.

Não vou falar da situação financeira, porque todas as vezes é repetitivo e acho que os Srs. deputados não me perdoariam gastar-lhes algum tempo nesse sentido, mas já que algumas vezes fui desafiado a ver os sites da DGAL, desta vez fui mesmo ver o site da DGAL que sobre o prazo médio de pagamento diz o seguinte:

Mirandela está em vigésimo lugar, mas é a contar do fim e é aquele que está pior no distrito de Bragança. Eu passo a dizer.

Em 31 de Dezembro de 2009, o prazo médio de pagamentos era de 238 dias. Em 31 de Março de 2010, eram 256 dias, em 30 de Junho de 2010, eram 287 dias, em 30 de Setembro de 2010, 329 dias e em 31 de Dezembro de 2010, 420 dias é o prazo médio de pagamentos.

Isto são números da DGAL, vem no site, estão lá claros.

O que é que eu retiro daqui. Retiro daqui, mais uma vez, a insensibilidade para a actividade económica. Se estes prazos médios de pagamento têm a ver com os pequenos e médios comerciantes e industriais desta terra, que necessitam deste dinheiro a cada três meses, que é a apreciação que aqui temos, eles se vão degradando, estamos a diminuir a actividade económica. E diminuindo a actividade económica estamos a prejudicar as famílias.

Também aqui gostava que o Sr. Presidente - e creia que não é fixação e sabe que não o é - desse uma palavra, se em 2011 se inverteu esta situação, se tiveram isto em conta ou pelo contrário, se continua a degradar, continua a entrar menos dinheiro na actividade económica.

Já agora também, o Sr. Presidente da Câmara tem-nos dito várias vezes que ninguém tem nada a ver com o hospital privado, que aqui foi aprovado e eu digo que ninguém tem nada a ver, porque quando lhe foi perguntado qual era a participação societária do hospital privado ou do condomínio hospitalar, como queira, nos foi dito que ninguém tem nada a ver e a seu tempo viria à Assembleia.

Eu penso que é tempo de vir à Assembleia, não só a estrutura de capital do dito hospital privado, como também, face à situação actual, como é que a Câmara vê este processo.

Eram estas duas perguntas que eu deixava ao Sr. Presidente da Câmara neste ponto da agenda de trabalhos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Sr. deputado Faustino Cunha.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, a minha intervenção é apenas uma manifestação de preocupação e ao mesmo tempo um pedido de esclarecimento, dada a minha falta de competência cultural de conhecimento nesta área.

No quadro dos números da intervenção do Sr. Presidente (eu gosto de analisar os números) já temos os nossos empréstimos que substituem, que alteram, etc. em dez milhões e quinhentos e tal mil euros.

Temos compromissos assumidos e não pagos de catorze milhões (julgo que os compromissos com a banca também crescem). Temos dez milhões e quinhentos mil à banca e devemos ter (julgo) catorze milhões, que não incluem estes dez milhões, (não sei). É um pedido de esclarecimento que eu faço.

Por outro lado, também temos no que respeita à despesa, dentro de uma previsão que nós sabemos, de quarenta milhões e sabemos que os orçamentos aprovados por nós todos têm sido muito bons, porque nunca conseguem 50% daquilo que está estimado e já ouvi aqui dizer que isso era muito bom, é uma nova técnica de planeamento, quando a gente consegue planejar e não cumprir 50%, que é bom. Mas há uma coisa que a gente já sabe, é que a receita nunca passa dos vinte milhões, vinte e dois, anda por aí.

Temos uma previsão dos 50%, isto é, uma despesa estimada de quarenta milhões e há-de haver uma receita que nunca vai ultrapassar os vinte milhões. Mas já temos no controle orçamental da despesa, compromissos assumidos, de trinta milhões quatrocentos e quarenta e oito mil. O meu pedido era se o Sr. Presidente podia esclarecer se estes trinta milhões já têm os outros vinte e quatro ou têm os outros catorze, eu já não sei às quantas ando, porque numa previsão da despesa de quarenta milhões, aparece lá – previsão corrigida, quarenta milhões duzentos e cinquenta e nove e depois, compromissos assumidos, trinta milhões quatrocentos e quarenta e oito mil. Despesas pagas onze milhões.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também.

Não há mais inscrições.

Sr. Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Srs. deputados municipais, dizer ao Eng.º Baltazar que a minha insensibilidade económica, eu sei que é um defeito e reconheço isso, mas pelo menos nessa parte não vou ter pretensões de saber de economia dentro da Câmara Municipal, em termos empresariais, mas é um defeito, eu reconheço isso.

Em relação às questões concretas, quanto aos prazos médios de pagamento, o Eng.º Baltazar leu alguns números mas se ler a folha toda vê que a evolução do prazo médio de pagamentos que vem nesse mapa já traz lá o 2011 e no primeiro trimestre de 2011, passou para 214,97 dias de média e no segundo trimestre de 2011, para 229 dias de média. Apesar de ser muito, já tem as evoluções de 2011 nesse mapa, é questão de o consultar.

Em segundo lugar, dizer-lhe outra coisa que também é importante saber porque estas questões se podem colocar nesta Câmara e noutras, que é: este prazo médio de pagamento não é feito só com base nas contas correntes das empresas em funcionamento, nem dos devedores, nem dos fornecedores, nem dos empreiteiros. Se tiver algum problema intermédio com alguma empresa que não se lhe possa pagar e se tiver um valor significativo, ou porque houve posse administrativa de obra ou porque a empresa foi à falência ou porque o processo está em tribunal, esse débito – e nos empreiteiros é significativo – fica nas contas e conta para formar o prazo médio de pagamento, porque senão também não se compreendia como é que as pessoas viviam, quando há câmaras com um ano ou um ano e tal de pagamento.

Aqui, os prazos é evidente que têm que se reduzir e o ideal seria não os haver mas é preciso também perceber o que pelo meio às vezes existe. Pode haver câmaras penalizadas por causa desses espaços que não são resolúveis em termos da rapidez e da celeridade que se pretende, espero que no futuro assim seja.

Quanto ao HTQ, a única coisa que eu disse foi que a entidade que tem 10% numa empresa, numa sociedade anónima, só tem 10% de poder, há mais 90% que pertencem a outros sócios e a outras entidades e a Câmara só tem 10% no HTQ, é preciso que se saiba este tipo de situação.

O que está decidido e que eu posso aqui anunciar, até porque já o aprovou a direcção do HTQ, é que em Janeiro o HTQ abre para consultas, isto é, resolveu fazer uma abertura faseada porque assim o permite a situação para responder a todas as solicitações e para fazer face à sua sustentabilidade, aprovou a seguinte calendarização de abertura:

-Janeiro de 2012, abertura de consultas.

-Até Março de 2012, instalada a imagiologia, as análises clínicas e as especialidades que existam lá dentro.

-Até 30 de Junho, abertura do bloco operatório e da urgência do respectivo hospital.

-A partir de 01 de Julho estará a funcionar em pleno o respectivo hospital.

Sobre a pergunta concreta que o Eng.º Baltazar fez, saber se por parte da direcção existe ou não reformulação de algumas situações, em termos internos, nada disso foi discutido. É este o plano que está, em termos de abertura, é o plano original que está em termos de serviços. Quando tiver conhecimento, se é que vai haver alguma reformulação, anunciarei na Assembleia. Mas o que está decidido sobre calendarização é isto.

Às perguntas do Sr. deputado Faustino, dizer duas coisas:

É verdade que a dívida da Câmara são 24 milhões, 10 milhões mais 14 milhões. Esta é a dívida global entre o curto prazo e o médio e longo prazo.

Dizer-lhe também que no orçamento do compromisso dos trinta e tal milhões, estão estes 24 milhões, porque o orçamento quando se faz, transporta a dívida anterior, por isso é que não se pode chegar aos orçamentos zero, como pedem em todas as Assembleias enquanto existem compromissos anteriores.

O orçamento zero é bom quando se começa do zero e a legislação acaba ali. Quando há esses compromissos têm que se inserir em termos orçamentais, o que quer dizer na prática que tem 24 milhões para pagar e 6 milhões eventuais para fazer obras e fazer outro tipo de pagamento, 30 milhões é o valor global, nem podia ser doutra forma, senão não havia receita.

Também é importante nestes números e uma pessoa deve-os dizer com toda a clareza, que desses catorze milhões a empreiteiros e fornecedores cerca de nove milhões não se lhe deve nada porque são cessões de crédito que a câmara fez em termos bancários, onde os empreiteiros e fornecedores já receberam na sua totalidade e está a pagar mensalmente à instituição de crédito essas respectivas prestações.

Em termos práticos do que se reflecte na pessoa, no fornecedor, no empreiteiro, são apenas os que não estão feitos em cessões de créditos.

A dívida global é exactamente essa e não é outra, em termos de explicação, é isso que eu lhe queria dizer.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Muito obrigado pelo esclarecimento, mas a que se podem dever estes seis milhões de diferença? Porque temos aqui compromissos assumidos, eu sei que alguns compromissos não quer dizer que já se esteja a dever, a conta já está cativa, não é isso?

Presidente da Câmara Municipal:

Exactamente, há projectos já lançados e obras em andamento, que ainda não têm a despesa efectuada e já estão cabimentados.

PONTO 4.2 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (I. R. S.);

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de Setembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 3 votos a favor dos membros do PSD e 1 voto contra do membro do PS (Dr.ª Júlia Rodrigues):

- 1 – Não prescindir da participação do Município no I. R. S. em 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2012;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.2, Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I. R. S.).

Srs. deputados, quem se inscreve? Não vemos nenhum sinal de inscrição.

O Sr. Presidente quer dar alguma informação, enquanto os Srs. deputados se inscrevem?

Presidente da Câmara Municipal:

Acho que isso está claro, Sr. Presidente, ou se é a favor ou se é contra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos então à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção.

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

A votação foi a seguinte:

Votos contra, 9

Abstenções, 4

Votos a favor, 52

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 65 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 52 votos a favor, 4 abstenções e 9 votos contra, aprovar não prescindir da participação do Município no I. R. S. em 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2012.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, o grupo parlamentar do Partido Socialista, acabou de votar contra porque o momento que hoje se atravessa que 5% é extremamente importante para as famílias, a Câmara, mostrando uma grande insensibilidade social, vai para a taxa máxima, não prescinde desses 5%, numa mera operação de tesouraria.

Nós até poderíamos estar de acordo se houvesse uma estratégia, se houvesse um plano de recuperação financeira, se houvesse um plano de reestruturação e se se dissesse, esses 5% vão ser aplicados e são importantes para isto e eventualmente até poderíamos votar a favor, nessas circunstâncias.

Agora, numa circunstância de mera tesouraria, nós votamos contra, porque as famílias hoje e cada vez mais e as famílias do concelho de Mirandela, precisam desses 5%.

PONTO 4.3- TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I. M. I.) – 2012

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de Setembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 3 votos a favor dos membros do PSD e 1 voto contra do membro do PS (Dr.ª Júlia Rodrigues), nos termos propostos:

1 – Aprovar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no próximo ano de 2012:

• **Prédios Urbanos: 0,6%;**

• **Prédios urbanos avaliados nos termos do C. I. M. I.: 0,3%**

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.3, Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Tem a palavra o Sr. deputado Baltazar Aguiar.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente, desta vez uso da palavra no tempo próprio e no tempo próprio para informar a Assembleia de que o grupo parlamentar votará contra, exactamente pelas mesmas razões que acabei de dizer anteriormente, para não penalizar os Srs. deputados e a Assembleia a ouvirem-me repetir os mesmos argumentos, eu direi que nós votamos contra porque as famílias de Mirandela precisam e precisam muito de que não lhe agravem as taxas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições. Faça favor Sr. Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Já que da última vez não pude responder porque era na declaração de voto, agora que foram os mesmos argumentos, explicar duas coisas para as pessoas perceberem minimamente, como é que se pode fazer demagogia de qualquer forma e feito e ainda por cima quando se tem um passado de decisões políticas, ser sempre quase tudo a aumentar, é fácil chegar aqui e dizer que é a saída.

A questão é esta:

Quando tem que se penalizar alguém, as pessoas têm que ter um objectivo, penalizar menos aqueles que menos têm. E o IRS, à conclusão que nós chegamos, nos últimos pagamentos de quando aqui isentámos os 5% há dois anos atrás, que se reflectiu a partir deste ano e este só se vai reflectir daqui a dois anos, como devem perceber. Primeiro comunica-se e depois só se aplica no ano seguinte e esperamos todos que a recuperação já seja evidente nessa altura, esperamos. O que se percebeu é uma coisa: quem beneficiou mais com essa redução do IRS não foram os mais desfavorecidos, que esses não pagam IRS ou estão praticamente isentos do pagamento de IRS. É a classe média e alta que beneficiou mais desta situação.

Dir-me-ão, mas merecem ser apoiados? É verdade, mas quando se tem que fazer sacrifícios, alguns têm que pagar, em detrimento dos que menos têm, senão têm que pagar doutra forma. As receitas se não vierem dum lado, são obrigadas a vir do outro.

Depois é preciso saber também quanto é que pagam os outros municípios. Nós, quando fazemos uma declaração, às vezes exigimos à Câmara e dizemos “*não fundamentou, não colocou as questões*”, porque tem argumentos para dizer o contrário. Quando não há argumentos para dizer o contrário, ninguém vai ver quanto é que pagava cada munícipe.

A questão do IMI, que é a questão que estamos a discutir aqui, em Alfândega da Fé, paga 0,70 para os prédios não avaliados e 0,40 para os avaliados. Em Bragança, paga-se 0,60 para os não avaliados e 0,37 para os avaliados. Em Carrazeda de Ansiães, 0,60 e 0,30. Em Chaves, 0,70 e 0,30. Em Lamego, 0,70 e 0,40. Em Macedo, 0,60 e 0,35.

Eu estou a dar exemplos claros do que se passa no distrito e nos mais significativos, para verem o preço da subida. Em Mirandela pagava-se 0,40 e 0,20. Não é preciso dizer mais nada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então votar. Quem vota contra? Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 9

Abstenções, 4

Votos a favor, 53

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 66 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 53 votos a favor, 4 abstenções e 9 votos contra, aprovar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no próximo ano de 2012. Prédios Urbanos: 0,6% e Prédios urbanos avaliados nos termos do C. I. M. I.: 0,3%.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Tal como no IRS, o grupo parlamentar do CDS/PP, absteve-se. E tendo no IRS anteriormente votado sempre a favor da rescisão, porque entendemos que as Autarquias estão a ter menos receitas, como o Sr. Presidente esclareceu, grande parte das pessoas que são beneficiadas são pessoas de melhores rendimentos e como tal abstivemo-nos, no sentido de exigir ao Executivo que apresente as contas o mais saudáveis possíveis.

PONTO 4.4 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (T. M. D. P.) – 2012.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de Setembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2012, ou seja, de 0,25%;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.4 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Nenhum dos Srs. deputados se inscreve?

O Sr. Presidente, quer dar alguma informação ou passamos directamente à votação?

Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do ponto 4.4, é o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 1

A favor, 64

Aprovado por maioria

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 65 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 64 votos a favor e 1 abstenção, aprovar manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2012, ou seja, de 0,25%.

4.5- APROVAÇÃO DA 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – VIII MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL, II REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, II REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, II REVISÃO AO PPI.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de Setembro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inscrição de um novo projecto no Plano Plurianual de Investimentos, denominado Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo – ESACT, bem como da incorporação de excesso de cobrança de receita relativamente ao valor previsto no Orçamento Inicial, designadamente na rubrica 0501005 – Rendas de Bens do Domínio Público;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.5, Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental – VIII Modificação Orçamental, II Revisão ao Orçamento da Receita, II Revisão ao Orçamento da Despesa, II Revisão ao PPI.

Srs. deputados, faz favor, uma inscrição.

Não há mais inscrições por enquanto, pode usar da palavra Sr. deputado Fernando Alves.

Deputado Municipal Fernando Alves (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia e Secretários, Sr. Presidente do Executivo e restante Executivo, Srs. deputados, Srs. Municípes, comunicação social, muito bom dia a todos.

Relativamente a este ponto, a principal alteração diz respeito à inclusão da rubrica orçamental da construção da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela.

Esta situação ocorre de uma limitação da instituição de ensino, que se viu impossibilitada neste momento de concorrer aos apoios destinados para este fim.

Perante esta preocupante situação, o Executivo ultrapassa a sua função de magistério de influência e assume por completo, apesar da responsabilidade, de levar avante este projecto e fazer com que finalmente o IPB, possa ter as instalações que ambiciona, que merece e que há imenso tempo foram prometidas, embora sempre proteladas.

A Câmara Municipal toma a atitude correcta e responsável nesta matéria. Obviamente que não o faz de forma desinteressada, pois conhece bem o potencial deste pólo de ensino superior, o reflexo que ele tem na nossa comunidade e que pode ser incrementado por esta via e que neste período de crise é fundamental apoiar e locar recursos para projectos que garantam retorno para o concelho.

Este, em particular já é um projecto com história, com avanços tímidos e promessas vãs. Os sucessivos governos de diferentes partidos (tem que ser dito), não foram capazes de resolver esta situação, mas o seu ponto de ilusão máxima foi alcançado no reinado ministerial do malogrado Dr. Mariano Gago.

A ESAC-Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, de Mirandela, apesar de manter o estatuto no estudo encomendado por este Ministro à OCDE, para avaliação da rede do ensino superior português, apesar do bom resultado na inspecção, pela Associação das Universidades Europeias, que destacou a sua implantação de sucesso na cidade e a sua importância na estratégia global do IPB, apesar do reconhecimento do seu papel fulcral no desenvolvimento económico, cultural e social da região e apesar de ver a sua candidatura aprovada, não foi contemplada com a verba necessária.

É caso para dizer que a escola estudou, passou em todos os exames, mas mesmo assim foi chumbada pelo professor Gago. Este não teve coragem política para permitir a realização do projecto, alimentou falsas expectativas e defraudou toda uma região.

Esta escola é neste momento o maior pólo de ensino descentralizado do país, com mais de 1200 alunos e que verificou um aumento constante ao longo do tempo.

É um local de conhecimento, inovação e desenvolvimento, estrangulados pelas instalações provisórias de há 15 anos atrás.

De acordo com um estudo de impacto económico apresentado, com dados de 2007, o IPB em Mirandela, tinha 1180 alunos, que efectuavam um gasto médio mensal de 500 Euros. Os gastos combinados de alunos, docentes, funcionários e instituição, corresponderam aproximadamente a 7,5 milhões de Euros anuais, que foram injectados na economia local.

Por cada Euro gasto pelo Estado no financiamento do IPB de Mirandela, gerou-se um nível de actividade económica de 1,77 Euros.

Analisando a globalidade do IPB, o impacto conjunto nos concelhos de Mirandela e Bragança, pode ascender aos 8,3% do Produto Interno Bruto.

A existência do IPB, promove uma criação de emprego directo e indirecto que pode atingir os 3374 postos de trabalho, que correspondem a nada menos que 10% da população activa nos dois concelhos.

Os efeitos económicos, directos e indirectos, assim como o seu efeito multiplicador, tornam o IPB uma instituição de importância capital para a economia regional, como factor de crescimento e estabilidade.

Este local de inovação e conhecimento promove actividades culturais e de lazer abertas à comunidade, que privilegiam a relação escola / sociedade, provocando uma alteração positiva na dinâmica do município, trazem vida à cidade.

Esta escola possibilita a capitalização do potencial humano, contribuindo para a melhoria de vida das pessoas e da região, pelo incremento de massa crítica e dotação de recursos humanos mais bem preparados para responder aos desafios.

Atrai estudantes de outras regiões e promove a imagem de Mirandela, pelos quadros de grande qualidade que forma e que se espalham pelo país e pelo mundo.

Os alunos, docentes e funcionários, necessitam assim de instalações dignas, com meios onde se sintam seguros e confortáveis, para que possam cumprir bem as suas funções, explorar todo o seu potencial e alcançar novos patamares.

Na realidade, para os Mirandelenses, o importante não é saber quem promove a obra, o importante é garantir que ela se realize e permita uma nova etapa de evolução sustentada da instituição, que lhe permita ganhar maior autonomia e prestígio, com ganhos claros para o concelho.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores e comunicação social.

A Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, foi ao longo dos últimos anos uma aposta estratégica da Câmara Municipal, no desenvolvimento sustentado da cidade e do concelho.

Desde o início deste processo, a Câmara Municipal cedeu e ainda cede instalações, promoveu a doação de um terreno e apoiou todas as actividades e iniciativas geradas por este pólo universitário e o sucesso da escola, que tem sido traduzido pelo crescimento do número de alunos e pelo reconhecimento dos seus cursos.

Em Mirandela, formam-se solicitadores, são concebidos jogos de computador, formam-se especialistas em multimédia, em marketing, existe juventude e academia nas ruas.

Durante anos assistimos a sucessivas promessas de construção de novas instalações pelos sucessivos governos, promessas essas que se revelaram sempre goradas ou adiadas.

Nos últimos anos o pólo de Mirandela foi sujeito a sucessivas avaliações da OCDE, da União Internacional das Universidades, do próprio Governo e o resultado foi sempre no sentido da manutenção do pólo como escola autónoma e com ensino de excelência.

Chegou a existir uma candidatura aprovada para a construção da escola, no entanto o Ministro Gago nunca assumiu dar o necessário aval para que a mesma pudesse ser executada.

Podemos agora questionar porque motivo a Câmara Municipal assume neste momento a responsabilidade de executar um investimento desta dimensão.

Do ponto de vista estratégico, a aposta no ensino superior é fundamental; é que para Mirandela, o retorno económico e social é inquestionável e do ponto de vista da qualificação urbana, podia mesmo dizer que é essencial.

Mirandela só se pode consolidar como um centro regional e como um eixo estruturante, se garantir a permanência da ESACT. E por esse motivo é de louvar a iniciativa da Câmara Municipal de assumir o lançamento do concurso e o financiamento da obra.

Reafirmo, que se existe obra cujo retorno económico e social é inquestionável, é esta e como tal deve merecer o apoio e o aplauso de todos nós.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado Pedro Fonseca, tem a palavra.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito bom dia a todos.

Sobre este assunto queria só deixar uma pequena nota, congratular a Câmara Municipal por este investimento e para além disso, dizer o seguinte:

O grupo parlamentar da CDU na Assembleia da República, tem vindo, ano após ano, a apresentar esta proposta em PIDDAC, para a construção do novo pólo do IPB em Mirandela. E quero deixar aqui bem explícito que nos últimos dez anos, entre PS e PSD, estando ou não no Governo, estas propostas em Piddac

têm sido exclusivamente e sucessivamente chumbadas, por PS, PSD e CDS/PP, em Assembleia da República. Gostava só de deixar este esclarecimento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições. O Sr. Presidente quer usar da palavra?

Não quer, então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, aprovou por unanimidade, a 2.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inscrição de um novo projecto no Plano Plurianual de Investimentos, denominado Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo – ESACT, bem como da incorporação de excesso de cobrança de receita relativamente ao valor previsto no Orçamento Inicial, designadamente na rubrica 0501005 – Rendas de Bens do Domínio Público.”

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 5, Outros assuntos de interesse para o município.

Sr. deputado Baltazar Aguiar, Sr. deputado Carlos Fraga, Pedro Fonseca, Rui Sá e Fernanda Cerqueira.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, minhas Senhoras e meus Senhores.

Comecei a minha intervenção nesta Assembleia Municipal falando da insensibilidade política para a actividade económica. Sr. Presidente da Câmara, não faça confusões. A questão é insensibilidade política para a actividade económica.

Mas já agora, quero-lhe dizer e quero informar toda a Assembleia que a insensibilidade política para a actividade económica, pode ser vencida. E quero-vos dar conta - vim aqui justamente por isso – pedi autorização para informar esta Assembleia que eu venci enquanto empresário situado na Zona Industrial e mais cerca de 15 empresários que subscreveram um pedido à PT para levar a banda larga para a zona industrial, dar-vos conta que essa insensibilidade política pode ser vencida. Que essa recusa da Câmara – eu não queria muito adjectivar as razões dessa recusa, que vocês todos assistiram e são testemunha aqui nesta Assembleia - em fazer lóbi a favor da chegada da banda larga à zona industrial, que a mesma deverá acontecer em Novembro.

A PT informou-me, como primeiro subscritor, de que em Novembro, em princípio, será instalada a banda larga na zona industrial.

Portanto, permitam-me que me dirija aos presidentes de junta. É possível vencer as insensibilidades, têm que ser justas, em primeiro lugar e temos que congregar esforços.

Neste caso, como se conseguiu vencer a recusa, a teimosia, direi até incompetência, foi juntando cerca de 20 empresários, fazendo diligências junto da PT e a PT acaba de comunicar que vai instalar.

Um pedido ao Sr. Presidente da Câmara e é a ele que eu me dirijo. Espero que não surjam agora dificuldades por parte da Câmara, na hora da instalação.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Sr. Presidente, Srs. deputados, um ilustre comentador político, de seu nome, Sr. Professor Marcelo Rebelo de Sousa, disse recentemente que na política há uma grande diferença entre aquilo que se diz e aquilo que se faz e de facto chegamos a essa conclusão.

Era para lembrar através da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, (eu já me esqueço no tempo) mas já lá vai um tempo largo, a propósito de algumas rotundas, de alguns cruzamentos que foram feitos na cidade. Eu alertei para no cruzamento do Hospital, junto aos semáforos, quem vem da estrada nacional, aquele espaço, aquele cruzamento onde se vira para o hospital e quer ir para o parque de merendas, o acesso para a ponte Europa, que aquele cruzamento tem uma via exígua, nomeadamente para veículos pesados, essencialmente autocarros que nos visitam aos fins de semana e se dirigem para o parque de merendas.

O Sr. Presidente, na ocasião respondeu-me que logo que estivesse pronta a rotunda que está no início da ponte Eng.º Machado Vaz, (gosto mais de lhe chamar assim) gosto mais de lhe chamar assim, que seria prioridade fazer as obras de ajustamento e remodelação, no cruzamento do hospital, atrás referido.

Entretanto, houve em determinada altura umas obras, que não entendo bem para quê, parece-me de simples cosmética, que não deram em nada. Os semáforos há uma série de tempos que estão apagados.

Os canteiros que estão ali, em forma não sei se é de triângulo, se é de losango, também só vieram a dificultar a entrada e saída, nomeadamente desses veículos pesados.

Em suma e em conclusão, o Sr. Presidente na ocasião, concordou comigo, prometeu, mas da promessa à acção, até hoje, nada de positivo vi que fosse concretizado naquele lugar. Por isso, novamente lhe relembro esta situação, que a todos nós, a começar por V. Ex.^a certamente deve preocupar e que urge ultrapassar brevemente.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez bom dia a todos, Sr. Presidente da Câmara Municipal.

No passado dia 16 de Setembro do corrente ano uma forte precipitação abateu-se sobre a localidade do Cachão. Foram apenas duas horas de fortes chuvas, (imaginem no último Inverno e no que aí vem) mas bastaram para transformar as ruas inacabadas do Cachão em autênticos rios.

Na estrada nacional, junto a um dos estabelecimentos, foi necessária a chamada de Bombeiros Voluntários para poderem proceder à evacuação dos idosos que ali se encontravam.

Este é o resultado da política orçamental da Câmara Municipal de Mirandela que ali iniciou uma obra de requalificação das ruas, rede de drenagem de águas residuais e abastecimento de água em 2008, mas que por falta de pagamento da sua totalidade à empresa responsável pela conclusão da obra, esta resolveu abandonar o local, deixando os moradores à beira de um ataque de nervos.

Para além disto, existe uma situação, que tive conhecimento há poucos dias de que alguns moradores daquela localidade já fizeram a ligação para a nova rede de saneamentos. O que é que acontece? Estas pessoas que fizeram a ligação para a nova rede de saneamentos, param a rede antiga, ou seja: numa rua só houve pessoas que ficaram sem saneamento, pura e simplesmente. Há vivendas neste momento no Cachão que não têm drenagem de águas, quero alertar para esta situação que é de gravidade, que pode incorrer num crime de saúde pública.

A população do Cachão está farta desta situação e exige uma resolução rápida do problema.

Eu, queria para além desta situação, perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, como diz que o pagamento médio da Câmara Municipal é de duzentos e não sei quês dias e que só é maior quando há problemas em tribunal com as empresas, queria perguntar se a Câmara tem algum problema em tribunal, com a empresa Maquisusi.

Entretanto foram aprovados empréstimos para a conclusão daquela obra e eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara para quando está a pensar resolver a situação das pessoas do Cachão, que é lamentável, urgente e que demonstra bem a pouca sensibilidade que o Sr. Presidente da Câmara tem tido para com aquela gente.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Srs. Executivos, Membros da Assembleia, Público em geral e Comunicação Social.

“Vamos dar um bocadinho de animação a isto...para terminar”.

Os cidadãos e os municípios continuam pacificamente a aceitar o aumento de impostos e sim são sem dúvidas, as pessoas que trabalham, que poupam, que pagam a dívida.

Pergunta-se muitas vezes porque é que aqui, tal como na Grécia e outros países, não há manifestações e revoltas. Eu digo que talvez seja porque os que estão a ser mais lesados continuam ocupados a trabalhar para poder pagar os impostos que continuam a aumentar e em poupar para se prepararem para os cortes salariais previstos.

Pagamos sim mas enquanto acreditarmos que isto vai ajudar (neste caso) as contas do nosso município.

Aceitamos sim pagar um pouco mais mas estaremos também atentos a como esse dinheiro irá ser investido.

E já agora gostaria de louvar “*para mudar de assunto*”, a iniciativa Entre Margens, que tem decorrido nesta cidade, um pouco talvez, com o objectivo de animar o povo e não o deixar entrar em depressão.

Mas há algo que continua a falhar, ou por desconhecimento da população, ou por descrédito, ou por falta de hábito, continuo a ficar um pouco triste quando me apercebo que actividades culturais de tão grande nível e que são de grande nível...lembro-me de uma das actividades, com uma lua cheia maravilhosa, uma noite maravilhosa, um violoncelista, era poesia, era música e público, quase nada e é pena!

Actividades culturais sem público, é uma desmotivação para quem as promove e até para quem participa...era interessante que houvesse mais público.

Escrevi estas linhas aqui, à pressa... pronto, tenho dito.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado. A palavra ao Sr. deputado Rui Sá.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

Apresento a todos os melhores cumprimentos.

Já aqui foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara e por algumas pessoas que me antecederam, o documento verde da reforma administrativa local.

Eu tenho que falar nela porque é fundamental para a continuação das freguesias, ainda que com a reforma que se impõe, impõe-se é que nós, Presidentes de Junta, sejamos em tempo informados, devidamente esclarecidos, para que possamos transmitir às populações que representamos, como essa reforma irá passar para o terreno.

Nós somos os obreiros dessa reforma poder ser bem ou mal feita. Se nós a passarmos bem para a população, a população aceitá-la-à, se a passarmos mal, a população tenderá a seguir-nos nos ensinamentos maus que nós levarmos até eles. E aqui (eu peço mais uma vez) vão ser as juntas de freguesia, ou os presidentes de juntas de Freguesia, a Câmara Municipal ou os representantes das Câmaras Municipais, que estarão no centro do alvo desta reforma da administração local, que consertados conseguimos fazer esse papel.

O que é que acontece? Tem-se nos últimos tempos e já aqui foi dito, o Presidente da Junta do Franco, disse-o aqui numa forma não muito objectiva, mas estava bem nas entrelinhas a mensagem que ele queria passar e passou-a muito bem. Tem havido uma hierarquização, que a meu ver, bem, dos serviços municipais e essa hierarquização à qual nós temos que recorrer e a meu ver, bem, mas há efectivamente uma mudança do que se vinha fazendo, para o que agora se está a tentar implementar.

E os presidentes de juntas, esbarram-se muitas vezes com prosseguimentos que estavam habituados a ter, que agora não acodem à população da mesma forma, porque a forma de os resolver não é essa.

Este mandato, para quem já está há algum tempo na vida autárquica, de presidente de junta de freguesia e de outros cargos das juntas de freguesias, é certamente um mandato ímpar para todos nós, para a Câmara Municipal, para os presidentes de juntas de freguesia, que estávamos habituados a programar e executar obras, mostrar obra feita e bem servir a população. Este mandato, como todos sabemos, é um mandato de contenção, mas nós também sabemos que temos que passar esta mensagem para a população.

Esta reforma reveste-se de especial importância porque vai mexer nas competências, quer das juntas de freguesia, quer dos municípios. E as competências das juntas de freguesias só serão devidamente defendidas e devidamente representadas por nós, se conseguirmos chamar a nós, competências que agora não temos. Agora todos dependemos dos fundos de financiamentos das freguesias que nos caem na conta de três em três meses e depois andamos aqui de chapéu numa mão, bengala na outra, ou Sr. Presidente da Câmara, ou Sr. Vereador, preciso de um subsídio para levantar um muro, preciso de um subsídio para alargar um caminho.

As juntas de freguesia, têm que de uma vez por todas ser reforçadas das competências e alocados dos meios necessários para que possam ter essa independência, não só administrativa e que pode ser ganha pela junção (eu defendo a junção das freguesias) e numa análise ainda que transversal, meio na diagonal, que fiz do documento verde que a irá regular, faz-se uma análise muito rápida, que poderá tender para a reorganização de junção de duas freguesias, para chegar aos 500 habitantes. Parece-me que não reunimos a dos 300, porque o município decresceu menos dos 10% e então terá que ser enquadrada na outra.

E se nós vendermos à nossa população que vamos ter que nos juntar com a freguesia vizinha e com a outra e com a outra, isto será implementado no terreno sem grande moossa. Doutra forma, começamos a puxar ao patriotismo e as populações engalfinhar-se-ão e a reforma será bastante mais difícil. À Câmara, uma mensagem. Para que em tempo nos convide para participarmos nesta reorganização.

É isto que tinha a dizer. A todos muito obrigado.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores.

Eu não estava para intervir mas resolvi fazê-lo, depois de ouvir aqui determinadas coisas.

Começo pela intervenção da Sr.ª deputada Alzira e dizer-lhe o seguinte:

Concordo plenamente com o que disse, neste país falta ética, faltam valores.

Nos tempos antigos dizíamos que um vigarista era apontado na rua, hoje um vigarista, dizemos que é um Chico esperto mas isto leva duas gerações a mudar e tem que ser um governo muito forte e com os pés bem assentes para mudar este país.

Quanto ao Sr. deputado Fraga, quero dizer-lhe o seguinte: eu sei que é católico praticante (eu também sou e com muita honra) e não devemos confundir socialismo com a palavra distribuir. Socialismo é dar aquilo que é de todos e distribuir é aquilo que é nosso. Não faça essa confusão.

Por outro lado, quando falou no passivo do socialismo devia falar do passivo que o socialismo deixou a este país. Não deixou um buraco, não deixou um buracão, deixou talvez uma cratera.

Quanto ao Sr. deputado Baltazar, eu já sabia, porque os anos da prática que tenho desta Assembleia já me levaram a esse ponto. Começam-se a colocar as pedras nas posições de partida e daqui a dois anos, vamos ter um novo candidato PS à autarquia de Mirandela. É com regozijo que eu depois vou assistir a uma campanha do Eng.º Baltazar e ele vai-nos trazer com certeza, novas ideias. Socialistas cuidem-se, já há candidatos para a Câmara.

Mas há uma coisa em que nós temos que ser sérios e vamos falar no TVG. Não há TVG Sr. deputado, nós devamos ler tudo, não devemos ler só uma parte.

O Eng.º Sócrates fez com que isso existisse, porque entregou a empresas que têm quadros socialistas, mas não há e o retorno vai ser difícil e é preciso que esclareçam as pessoas. Não vai aumentar, eram quatro linhas, vai passar a duas e vai passar a bitola europeia, o que quer dizer que não há transbordo em Espanha, isto é muito importante dizê-lo. É também muito importante dizer, que a grande factura vai ser coberta pelos transportes de mercadorias.

O Eng.º Sócrates andava a planear para que os industriais, os ricos, andassem no comboio, de certeza absoluta. E era um investimento que dava à partida, prejuízo. Vamos ser sérios em tudo.

Quanto às alheiras, eu fiquei muito decepcionado. Se viesse aqui uma pessoa de Macedo, de Vinhais, de Bragança, falar da origem das alheiras, eu até me calava...mas olhe Sr. deputado, eu tenho 64 anos e há 62 anos pelo menos, que me lembro que em minha casa se comiam alheiras lá na aldeia, essas é que eram as alheiras, não é o que por aí se faz na indústria.

A alheira nasceu no mundo rural, não nasceu na cidade, não nasceu na vila, nasceu no mundo rural, eu sou filho de um agricultor, em que criavam os animais, era com isso que viviam, foi aí que nasceu a alheira e portanto nós devíamos nos regozijar com a alheira por ela ter vencido um prémio.

Falou também na linha do Tua, historiou a linha do Tua, tem razão, Armando Vara disse que íamos até Espanha, mas depois dedicou-se à sucata. Meteu-se na sucata, esqueceu-se de levar o comboio para Espanha.

Quanto ao marco do correio e à banda larga, Sr. deputado, é sempre a mesma conversa...é curioso, faz-me lembrar um deputado (eu já faço parte do mobiliário aqui da Assembleia) do CDS, que falava sempre das *"passadeiras"*, era sempre a *intervenção dele*. O Sr. deputado, abandone um pouco o marco do correio e a banda larga.

Diz que o país vai morrer...ninguém morre duas vezes, o país está falido, os socialistas deixaram o país falido! Esta é que é a verdade, não andamos a esconder o sol com a peneira, estamos falidos! A quem se deve? A este último governo, que foi o descalabro e aos anteriores. Agora até já querem vender os estádios para vacarias. Veja bem, é do tempo dos governos socialistas.

Há uma coisa que eu lhe dou razão, é que este governo não acabou com as gorduras, tem toda a razão. Não acabou com as gorduras e continuam as gorduras socialistas, sentadas à mesa do orçamento, nas Direcções Regionais, nas várias instituições criadas pelos socialistas e Passos Coelho não teve a coragem de pegar na vassoura e dar uma vassourada nessa gente. Tem toda a razão, continuam as gorduras socialistas sentadas à mesa do orçamento, continuo a ver socialistas a passear em carros e a irem – isto é mais escandaloso – a congressos do próprio partido, nos carros das administrações, dos sítios onde estão colocados.

Meus amigos, só a administração dos três hospitais, num ano passou de onze milhões para vinte e cinco milhões. São estas gorduras socialistas que nós temos que acabar com elas. Como também temos que acabar com elas na Madeira do Alberto João, eu não as excluo. Temos que acabar com estes oportunistas todos, mas duma vez.

Quanto ao IMI e quanto ao IRS, é preciso esclarecer as pessoas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Esse assunto foi tratado, Sr. deputado. Mas faz favor de continuar. Não façam diálogo Srs. deputados, que é anti regimental.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

O IMI e o IRS – sejamos sinceros – quem penaliza são as classes rica e a classe média. Eles falam em socialismo, socialismo, mas é só socialismo de boca, porque a classe considerada pobre, não tem casa, não paga IMI, não paga IRS.

Tudo isto para as Câmaras, para não haver isenções de IMI, para quem faz vivendas de 200, 250, 300 mil Euros e ficarem isentas de IMI. Isto é que é a verdade. Muitas vezes apregoamos que fazemos isto, que fazemos aquilo, mas depois quem paga a conta é o meu vizinho.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Até poderá dar a ideia que eu sou contra as reformas mas eu sou a favor das reformas, quando são para tornar mais eficiente qualquer serviço porque se o reformarmos fazemo-lo muito melhor, mais eficiente e em menos tempo.

Eu sei que duma forma geral, todo o programa do memorando da troika, aponta reformar, reformar, para poupar e acho muito bem que se deve poupar.

Se, se quer poupar, porque é que esta reforma não começa por onde se gasta mais, pelos concelhos, que diz ser numa 2.ª fase. Esses deviam ser na primeira fase, porque ao reformar-se os concelhos, algumas freguesias já estavam a ser reformadas também.

Porque se vai começar pelas freguesias? Porque nas freguesias...coitaditos, vão aceitar tudo que lhes seja posto à frente, por muito bem que eu informe a minha freguesia e estou a falar sem conhecimento de causa, mas falo na defesa de todos.

É evidente que a Câmara tem outros meios, tem outras formas de levantar o país e a reforma não vai ser tão pacífica como vai ser a das freguesias. Isto é muito fácil dizer e eu já disse uma vez ao Rui que sim senhor, vamos à reforma das freguesias.

Outros presidentes que são a favor das reformas, acho que se deve começar por aí, extinga-se já a freguesia dele e que seja anexada a outra, a ver se o Rui fica feliz e contente e se fica com os mesmos serviços na que era freguesia dele e passou a ser (porque não dizer a palavra) anexa doutra freguesia.

Quando este assunto for discutido eu farei sempre na defesa dele, mas porque não se segue a lógica das coisas? Porque não se reforma onde se gasta mais? Só que neste país as reformas são para gastar mais, no final. Vê-se a reforma da saúde, no que deu. Ainda agora o Prof. Dinis falou. A reforma da educação no que está a dar e todas as que são feitas da forma que são.

Agora queria fazer um apelo à Câmara Municipal.

Todo o país já interiorizou que temos que poupar e se formos fazer uma manifestação, estamos a perder tempo, devemos estar a trabalhar para ganhar mais dinheiro, para poupar mais ainda, portanto todos interiorizamos e isso é pacífico, que temos que poupar.

As juntas de freguesia também já interiorizaram isso há muito tempo. A Junta de Freguesia do Franco, não tem solicitado subsídios à Câmara. O apelo que eu fazia, não sei qual é a solução das outras juntas de freguesias, mas estou a falar em nome de todas, é que a Câmara (já se falou aqui de prazos de pagamento, o tempo que a Câmara leva a pagar em média) pelo menos pague os subsídios que foram aprovados no mais curto prazo possível, porque senão a reforma ainda vai ser mais breve.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Sr. Presidente, Srs. deputados.

Permitam-me intervir neste ponto da ordem de trabalhos apenas para prestar algumas informações e fazer um apelo final.

Como já viram, do pouco que aqui foi discutido, esta reforma do Estado e em concreto da Administração Local vai ser algo complexa e provavelmente fracturante. Não vai ser fácil mas os desafios são para vencer porque há uma imposição que terá de ser cumprida.

Permitam-me também informar de que no site da Câmara Municipal de Mirandela existe um banner sobre a reforma da administração local onde já foram colocados e vão continuar a ser colocados todos os documentos estruturantes desta reforma. Se vocês forem lá, já estão lá quatro documentos, que são a base desta reforma da administração local.

Já há movimentos a nível nacional, eu já estive numa reunião na delegação Distrital da Anafre de Bragança. É intenção também da Delegação de Bragança contactar os eleitos locais dos 12 concelhos do Distrito de Bragança.

A seu tempo terão informações sobre esta iniciativa.

No dia 20 de Outubro, para quem quiser ou puder, vai decorrer em Lisboa um Encontro Nacional de Freguesias, organizado pelo Cedrel. Se eventualmente quiserem informações mais concretas podem falar comigo sobre isto.

No dia 02 e 03 de Dezembro vai também decorrer o Congresso Nacional da Anafre. Eu sei que é muito longe, é em Portimão, mas este assunto estará, obviamente, na ordem do dia.

Faço o tal apelo que falei, no sentido de que indiquem à Mesa da Assembleia Municipal, o nome dos representantes que vão fazer parte da comissão de acompanhamento da reforma da administração local, que, como é óbvio vai trabalhar em estreita colaboração com o Executivo e ouvindo todas as pessoas, todos os eleitos locais de freguesias.

É necessário depois estabelecer um calendário e saber que iniciativas é que tomará esta comissão.

Termino da seguinte forma:

Avizinha-se muita discussão pública e nós autarcas de freguesia temos de estar atentos aos desenvolvimentos da reforma, não abdicando da nossa obrigação de defesa intransigente dos eleitos locais de freguesia e dos interesses e necessidades das populações, a quem devemos servir sempre, em primeira e em última mão. Foi por elas que aceitámos o desafio e o compromisso de servir a causa pública e é esse o limite que não estamos dispostos a violar, sobre pena da ofensa do nosso estatuto e da nossa consciência cívica e moral.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Sr. deputado António Figueiredo. É o último orador inscrito.

Recordo a esta Assembleia, a homenagem que vai realizar-se às treze horas, ao Sr. António Carvalho.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. Isto é um tema que vai a água passar debaixo da ponte, várias vezes.

Eu tenho aqui uma situação, em termos de meu pensamento, o que é que deve ser uma reforma administrativa. E temos que ir ao cerne da questão.

A reforma administrativa para mim - é demasiado importante para Portugal - mesmo em termos de unificação de território e de solos. Para mim é uma situação inquestionável. Se é para mim, penso que para Portugal também o é e deve passar por cima e de todos e quaisquer interesses sectoriais, partidários ou pessoais. Não podemos meter a política nisto. É evidente que se faz política, mas deve-se meter é o interesse da região.

O livro verde, que até é azul, traz notícias que são necessárias para o poder local, realçando que a apresentação do documento, constitui um modo diferente, de iniciar um debate nacional, sobre a reforma da administração local.

O debate não serve para não se fazer a reforma, ela é para se fazer, porque é necessária, isto já vem desde o Mouzinho, depois houve novas reformas administrativas pontuais. A última foi em 36, que deu origem a estas regiões. Portanto isto já está desactualizado.

Quer queiramos, quer não, em termos de território, para mim está desactualizado.

O documento, por aquilo que eu ouvi e por aquilo que eu sei, já foi apresentado pelo Primeiro-Ministro e que já resulta de uma interacção com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, também com a Associação Nacional das Freguesias, a Anafre, além de deputados da maioria do PSD e CDS e recentemente o PS, achou que era um documento “que tinha pernas para andar” e personalidades que têm conhecimentos mais profundos nas áreas da administração do território.

É aquilo que eu digo e só aquilo, um plano estratégico para a administração local, que tem esta meta, de até ao final do primeiro semestre de 2012, mexer praticamente numa dúzia de diplomas e que se alicerça a sua estratégia, em 4 pilares: o sector empresarial local; a reorganização do território; a gestão municipal e intermunicipal e a democracia local. Estes pilares para mim, são essenciais.

Também o Secretário de Estado Paulo Júlio, disse, que o documento contempla objectivos gerais da reforma e objectivos específicos para cada um dos eixos, apontando a metodologia a seguir a um enquadramento legislativo, que o Governo terá que realizar.

Esta reforma poderá suficientemente bem pensada por todos nós, poderá ser devidamente estruturada por todos nós e identificados esses problemas através da comissão para aqui, todos nós podemos entender-nos e termos um problema de sustentabilidade financeira na administração local, completamente saneada.

Na minha opinião, também, para terminar, todos os actores locais, antes de criticarem, devem reflectir sobre o processo.

Para nós e isto é essencial, da minha reflexão, para nós fazermos um bom debate, não pode haver, nem emoções, nem preconceitos e avançar duma maneira séria, honesta e digna, para uma reforma administrativa local.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições.

Sr. Presidente quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito rapidamente, Sr. Presidente da Assembleia, já que fizeram as perguntas...

Presidente da Assembleia Municipal:

Um momento, está um Sr. deputado a dirigir-se à mesa.

Faz favor Sr. deputado Carlos Fraga.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Era só para alertar a Mesa, que este período que temos estado a debater não deve ser considerado um período de alegações finais, caso contrário, se a mesa assim o entender, deve proporcionar futuramente, pelo menos a um elemento de cada grupo parlamentar essas alegações finais.

Que eu saiba, as alegações finais só se fazem em tribunal perante o Sr. Dr. juiz ou os Srs. Drs. Juizes e o Sr. Presidente da mesa, aqui, não é juiz e nem vai dar nenhum veredicto, nem nenhuma sentença.

Eu vi, pelo menos uma intervenção em que vem aqui à última da hora alguém fazer defesa e alegações finais como se trate de um advogado, que eu acho que não é. É esse alerta que eu deixo. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. deputado Carlos Fraga.

Como sabe, a mesa procura respeitar o Regimento, dentro do possível, com a vossa ajuda, naturalmente.

Este período, é um período que tem uma elasticidade que todos devem entender e a mesa tem que fazer respeitar as questões.

Quanto às alegações, eu também entendo, tanto quanto sei, que são dos tribunais, nós não lavramos sentenças, mas temos que decidir, porque a Mesa tem decidir com base num Regimento.

Procuraremos sempre respeitar Sr. Carlos Fraga, dar-lhe a palavra, mas julgo que V. Ex.^a é um dos principais usufruidores desta questão da generosidade da mesa e da sua flexibilidade.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente tenha a bondade de continuar.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente. E não querendo ultrapassar nenhuma hora para cumprirmos todas estas situações.

Dizer em primeiro lugar ao Eng.^o Baltazar que, sim senhor a persistência leva sempre a resultados bons. Eu só peço é que esta Assembleia não tenha o mesmo comportamento e por ser o Eng.^o Baltazar a resolver e a aparecer na resolução, que não ache isso mal, deve achar bem porque se empenhou. Mas digolhe que daqui a três meses ou quatro, falamos, porque quando se resolvem as coisas, os louros são sempre tirados por muita gente e às vezes as coisas não são o que parecem, em termos de decisão e de ajuda à decisão, mas falamos depois mais tarde, quando isso for lá implantado.

Ao Sr. Fraga, dizer-lhe que os trabalhos preparatórios que eu tinha aqui anunciado para a rotunda, deixaram de ser feitos, por uma questão simples.

O projecto definitivo da ligação do acesso Oeste a Mirandela, inclui a rotunda do hospital e se a rotunda está incluída nesse troço, é evidente que ela só vai ser feita quando se fizer o respectivo troço de ligação ao acesso Oeste, que é a A4, neste caso. E uma coisa implica a outra, agora podem-se fazer pequenos movimentos, pequenos ajustamentos, mas a rotunda inserida nesse troço, vai ter que ser feita no âmbito desse projecto.

Em relação ao Pedro Fonseca, dizer-lhe que é bonito falar no saneamento do Cachão e é bonito tirar daí dividendos, que eu até conheço um aviso público que fez à população, onde lembrava tudo isso e até admirei esse aviso público não ser em nome da CDU desta vez, ser em nome individual de cidadão, fiquei admirado, sou-lhe sincero.

Diz que não está acabado, é verdade que não está acabado. Sobre o que perguntou, na próxima semana o empreiteiro vai acabar a obra e para lhe dizer porque está em atraso.

Também vou dizer, para que todos saberem que até ao momento, o QREN deve à Câmara toda a obra, 800.000 Euros, que atrasou durante dois anos. Aprovou isto há menos de 60 dias e a Câmara já pagou ao empreiteiro cerca de 60% da obra.

É preciso perceber que quando uns falham, às vezes é uma sequência que vem de outros também falharem e depois o mais fraco, que está em contacto directo com a população, tem que atrasar esses pagamentos.

O empreiteiro, pelos vistos, não teve sustentabilidade financeira para continuar sem receber o resto, está no direito dele. A questão vai ser resolvida e penso que na próxima semana já lá vai acabar a obra e que essa preocupação deixe de existir, não só para si, mas para os habitantes do cachão.

Ao Prof. Paulo do Franco, dizer que nós andamos a trabalhar num projecto de saneamento financeiro da Câmara Municipal, que há-de vir a esta Assembleia ou em Dezembro ou alguma extraordinária, se tudo correr bem e que depois desta Assembleia aprovar, terá todas as contas em dia a fornecedores e empreiteiros existentes, transformando em dívida de médio e longo prazo, que não penalize as pessoas.

Ainda há bancos que estão disponíveis para dar esse aval à Câmara de Mirandela, apesar de tanto criticarem nesse sentido. Se conseguirmos até Dezembro, que é até Dezembro que é o objectivo, é evidente que todas as dívidas vão ser saldadas, em termos do que existe de compromissos anteriores.

Esperamos que nessa altura, esta Assembleia colabore também, - que é o objectivo dela - no saneamento das contas públicas das instituições e neste caso da Câmara de Mirandela.

Para terminar e termino com uma provocação.

Eu, tenho 16 anos de Presidente de Câmara e mais de 25 de poder local, posso fazer hoje e aqui uma provocação aos Srs. Presidentes da Junta, principalmente a quem vai tratar da futura reforma administrativa do Estado.

Entendam isto apenas como uma provocação, que daqui a um ou dois anos, ou no final da discussão desta reforma, se, se lembrarem das palavras que eu vou dizer hoje, tenham alguma atenção e digam, se calhar tinha razão: que é pensarem, em vez de cumprir o único estipulado nos critérios da legislação que atribui, nomeadamente à reorganização de freguesias, que em Mirandela pode dar 16, 17, 15, não interessa, que se calhar é mais fácil fazer 6 ou 7 e otimizar esse plano, desde que as situações sejam resolúveis por

todos e o concelho fique todo coberto, do que propriamente fazer as 15 ou 16, exacerbando rivalidades de proximidade e outro tipo de situações.

É uma provocação, para pensarem e que no futuro possam chegar a esta reforma, forçadamente ou não, com mais sensibilidade sobre esta matéria.

Muito obrigado a todos.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Temos ainda um ponto de 2.º Período de Intervenção do Público,

Antes, permita-me esta Assembleia dizer que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara designou como uma provocação, eu, com o devido respeito, chamar-lhe-ia uma sugestão.

Ficáramos todos muito bem se daqui a alguns anos, deste nosso território natal, saísse um exemplo de organização ou de reorganização, que ele fosse um referencial para o resto do país e que ficasse na história assinalado como um conjunto de pessoas, autarcas e população, que sabem estar e sabem ver o país como ele deve ser visto.

Algum Sr. Município está para usar da palavra, lá ao fundo na linha habitual? Não vejo levantar nenhum braço.

Nessa altura, antes de encerrar e de vos dirigir os meus cumprimentos, chamo a atenção para a homenagem que vai ser feita ao nosso conterrâneo António Carvalho, onde naturalmente todos nos encontraremos dentro de momentos.

Um bom almoço e um bom dia, até breve.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 13 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

Mirandela, 30 de Setembro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO